

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Gicele Farias Gomes

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: um estudo da biblioteca
Edgar Sperb da Escola de Educação Física da UFRGS**

Porto Alegre

2011

Gicele Farias Gomes

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: um estudo da biblioteca
Edgar Sperb da Escola de Educação Física da UFRGS**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, do curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

Porto Alegre

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Diretor: Prof. Esp. Ricardo Schneiders da Silva

Vice-Diretora: Profa. Dra. Regina Helena van der Laan

Departamento de Ciência da Informação

Chefe: Profa. Dra. Ana Maria M. de Moura

Chefe Substituta: Profa. Dra. Sônia Elisa Caregnato

Comissão de Graduação do Curso de Biblioteconomia

Coordenadora: Profa. Me. Glória Isabel Sattamini Ferreira

Coordenadora Substituta: Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B512s

Gomes, Gicele Farias.

Acessibilidade e inclusão : um estudo da biblioteca
Edgar Sperb da Escola de Educação Física da UFRGS / Gicele
Farias Gomes. – Porto Alegre:UFRGS/FABICO, 2011
98 f.: il. ; 29,7 cm

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, RS, 2011.
Orientadora: Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

1. Acessibilidade 2. Bibliotecas universitárias 3. Deficientes
I. Vanz, Samile Andréa de Souza. II. Título.

CDU: 027

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Rua Ramiro Barcelos, n. 2705 – Bairro Santana
CEP 90035-007 – Porto Alegre – RS
Fone: (51) 3308-5067
Fax: (51) 3308-5435
Email: fabico@ufrgs.br

Gicele Farias Gomes

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO:

um estudo da biblioteca Edgar Sperb da Escola de Educação Física da UFRGS

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, do curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada pela Banca Examinadora em _____ de _____ de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora – Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz
FABICO/ UFRGS

Profª Dra. Eliane Lourdes da Silva Moro
FABICO/ UFRGS

Bibliotecária Cíntia Cibele Ramos Fonseca CRB-10/1313
ESEF/ UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Professora Samile Vanz pela disponibilidade, paciência e ensinamentos ao longo deste trabalho.

Aos meus filhos Bruno e Adele que me motivaram a continuar nos momentos mais difíceis desta jornada; a eles agradeço pela força e incentivo.

Ao Rubem pela compreensão, estímulo e apoio.

Aos meus pais e à minha família que estiveram presentes em todos os momentos da minha vida.

Às bibliotecárias da Biblioteca Edgar Sperb por toda dedicação e atenção, em especial à Cíntia Fonseca por aceitar fazer parte de minha banca e me acompanhar no levantamento realizado na ESEF.

À minha colega e amiga Rosângela por trilhar comigo este caminho. Nossos cafés no bar da Fabico vão ficar na lembrança!

À professora Eliane Moro por aceitar gentilmente fazer parte de minha banca.

À minha chefe pela força e incentivo: falta pouco! Muito obrigada por tudo, Tamara!

À minha amiga Adriana, ao Fernando Telles, meus colegas de trabalho e a todos que de certa forma me apoiaram e me ajudaram nesta caminhada. Muito obrigada!

RESUMO

Este estudo aborda a questão da inclusão de pessoas com deficiência na biblioteca universitária Edgar Sperb da Escola de Educação Física da UFRGS, avalia e identifica as condições de acessibilidade física e informacional oferecidas aos usuários e os recursos de acessibilidade disponíveis na biblioteca. Utiliza como instrumento de avaliação um *checklist* baseado na norma de acessibilidade NBR 9050/2004, na NBR 15599/2008 e no livro *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. Aborda no referencial teórico a Portaria do MEC nº 3.284, o Decreto nº 3.298, o Decreto nº 5.296, a Lei nº 10.098, além das temáticas ensino superior no Brasil e a UFRGS, o Programa Incluir, as bibliotecas universitárias e seu papel como agentes de inclusão, acessibilidade e inclusão social. Os resultados dessa pesquisa apontam que a biblioteca Edgar Sperb se depara com problemas de acessibilidade já no acesso ao *campus* e que as barreiras se estendem por todas as rotas de acesso, no seu entorno e nos seus espaços internos, como o calçamento irregular, rampas fora dos parâmetros da NBR 9050/2004, falta de sinalização e de rota acessível para pedestres até a biblioteca. A biblioteca não conta com banheiro acessível para os usuários e a sua entrada possui entraves como degraus, portas e uma catraca que não permitem acesso em cadeira de rodas, além de não dispor de entrada alternativa. Com relação ao mobiliário, na sua maioria, não são acessíveis e a altura das estantes não permite alcance manual para pessoas em cadeira de rodas. O estudo conclui que a biblioteca não está preparada para atender pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida e que existem poucos recursos de acessibilidade disponíveis. A equipe da biblioteca, porém, compreende as diferentes necessidades dos usuários, conhece a legislação existente sobre o tema e está aberta para mudanças e em busca de soluções para melhorar as condições de acessibilidade a fim de incluir os usuários com suas diferentes necessidades.

Palavras-chave: Biblioteca universitária. Biblioteca Edgar Sperb. Acessibilidade. ESEF. NBR 9050/2004.

ABSTRACT

This study was designed with the aim of evaluating and identifying not only the physical and informational conditions, but also the accessibility resources provided to disabled people at the Edgar Sperb library. This library is part of the Physical Education College from UFRGS. A checklist was based on accessibility norms, NBR 9050/2004 and NBR 15599/2008 as well as on a book called: Accessibility: discourse and practice within the libraries. Its theoretical references are: a MEC normative, number 3284, decrees 3298 and 5296 and the law number 10.098. The approach related to college in Brazil and UFRGS, the Incluir Program (Programa Incluir), its college libraries and its role as agents of inclusion, accessibility and social inclusion. The outcomes of that research indicate that the Edgar Sperb Library presents accessibility problems everywhere, in the access to the campus, its surroundings, all the accesses routes and in its internal premises. We can also mention irregular pavement, ramps out of parameters with the NBR 9050/2004, lack of a good signaling and accessibility route to pedestrians all the way up to the library. The library does not have an appropriate bathroom for disabled people either. It has hindrances such as: stiles, doors and ratchets preventing people in wheel chairs to have access to it. The place does not offer any other accessibility alternative. Most of its furniture is not suitable for disabled people either. The shelves were placed too high and it prevents people in wheel chairs to reach them. The study concluded that the library is not prepared to provide accessibility for disabled or reduced mobility people. Indeed, there are very few accessibility resources available. However, the library staff, understands the different necessities of its users, knows the Legislation (statutory law), is opened to any change and is always seeking for solutions to improve its accessibility conditions, so that it can include everybody. No matter what their differences may be.

KEY WORDS: College library. Edgar Sperb Library. Accessibility. ESEF. NBR 9050/2004.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
A.E.E.F.D.	Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos
BSCSH	Biblioteca das Ciências Sociais e Humanidade
COMUT	Comutação Bibliográfica
COMGRAD	Comissão de Graduação
COPERSE	Comissão Permanente do Processo Seletivo
ESEF	Escola de Educação Física
FABICO	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FACED	Faculdade de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
NBR	Norma Brasileira
NR	Norma Reguladora
ONU	Organização das Nações Unidas
PNEs	Portadores de Necessidades Especiais
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SESu	Secretaria de Educação Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa	12
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Compreendendo as deficiências	15
2.2 Acessibilidade e inclusão social	18
2.3 Ensino superior no Brasil e a UFRGS	22
2.4 As bibliotecas universitárias: agentes de inclusão	30
3 METODOLOGIA	36
3.1 Tipo de Estudo	36
3.3 Instrumento de pesquisa	36
3.4 Procedimentos de coleta e análise de dados	37
4 RESULTADOS	39
4.1 Acessibilidade arquitetônica	39
4.1.1 Entorno da Biblioteca	39
4.1.2 Estacionamento da biblioteca.....	47
4.1.3 Entrada da biblioteca.....	48
4.1.4 Espaços internos da biblioteca	50
4.1.5 Pisos.....	52
4.1.6 Capachos, forrações, carpetes e tapetes	52
4.1.7 Desníveis.....	53
4.1.8 Degraus e escadas fixas	53
4.1.9 Rampas	54
4.1.10 Corrimãos.....	55
4.1.11 Corredores	55
4.1.12 Sanitários	56
4.2 Acessibilidade do Mobiliário e Equipamentos	56
4.2.1 Balcão de atendimento ao usuário	57
4.2.2 Mesas ou superfícies para trabalho, leitura e/ou estudo	57
4.2.3 Computadores/Terminais de consulta.....	58

4.2.4 Estantes	59
4.3 Acessibilidade comunicacional	60
4.3.1 Sinalização dos espaços e serviços da biblioteca	60
4.3.2 Considerações sobre a sinalização tátil	62
4.3.3 Considerações sobre a sinalização sonora	62
4.3.4 Considerações sobre a sinalização visual.....	62
4.3.5 Sinalização de espaços e serviços acessíveis da biblioteca CHECAR	63
4.4 Acessibilidade à Informação.....	63
4.5 Acessibilidade metodológica	64
4.6 Acessibilidade instrumental.....	65
4.7 Acessibilidade programática.....	65
4.8 Acessibilidade atitudinal	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

Todas as pessoas têm direito à informação, seja ela escrita, falada ou acessada por meio das tecnologias de informação e comunicação. Estas informações devem estar disponíveis e acessíveis aos diversos segmentos da sociedade. Neste âmbito, surge a preocupação com a inclusão das pessoas com deficiência e o objetivo de tornar livre de barreiras as informações e os meios que levam até elas. Atualmente existem muitos projetos, campanhas e leis criados a fim de minimizar problemas que as pessoas deficientes enfrentam no dia-a-dia. Observamos nas leis a intenção de assegurar a estas pessoas o pleno exercício de seus direitos básicos, entre eles o direito à educação. Porém, a realidade mostra que esse processo está apenas começando.

No Brasil, de acordo com resultados preliminares do Censo Demográfico realizado em 2010 (INSTITUTO..., 2011), cerca de 45 milhões de pessoas apresentam algum tipo de incapacidade ou deficiência. São pessoas que possuem dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou alguma deficiência física ou mental. Segundo o Censo da Educação Superior 2009 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o número de pessoas deficientes matriculados na graduação é 20.019, que corresponde a 0,34% do total de alunos matriculados (INEP, 2009, p. 21). Estes números vêm aumentando gradativamente e as universidades devem estar preparadas para contribuir no processo de inclusão; as bibliotecas, como parte deste sistema, devem participar do processo atendendo da melhor forma as necessidades dos usuários com limitações. A Portaria do MEC nº 3284/2003 (BRASIL, 2003) dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas deficientes a fim de instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Determina que a Secretaria de Educação Superior (SESU), com apoio técnico da Secretaria de Educação Especial (SEESP), é que estabelece os requisitos de acessibilidade tendo como referência a Norma Brasileira (NBR) 9050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

O aumento do número de pessoas deficientes nas instituições de ensino deve-se a vários fatores, como o acesso a equipamentos e aparelhos especiais, acesso ao transporte coletivo e maior conhecimento dos direitos da pessoa deficiente. No

Brasil, encontramos esses direitos expressos em vários documentos como a Constituição Federal que trata do direito ao trabalho, saúde, proteção e integração social do deficiente, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala), que passou a vigorar no país em 14 de setembro de 2001 através do Decreto nº 3.956, a Lei nº 10.098/2000 que estabelece normas e critérios de acessibilidade através da eliminação de barreiras nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. O Decreto nº 3.298/1999 consolida as normas de proteção e assegura o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas deficientes, o Decreto nº 5.296/2004 regulamenta a Lei nº 10.048/2000 e a Lei nº 10.098/2000, que tratam do atendimento prioritário e das condições gerais de acessibilidade.

Algumas universidades participam de programas ou projetos que visam o acesso e permanência das pessoas deficientes no ensino superior. São programas que têm como objetivo propor ações que amenizem as dificuldades enfrentadas por estes alunos na rotina acadêmica. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) participa do Programa Incluir, desenvolvido pela SESU e pela SEESP, apresentadas na página anterior, que tem como objetivo apoiar ações que favoreçam a inclusão de deficientes no ensino superior e promover a transformação cultural e educacional nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Considerando a legislação existente e a importância do tema acessibilidade na sociedade, esta pesquisa abrangerá questões referentes à acessibilidade, com enfoque às barreiras arquitetônicas e informacionais, recursos disponíveis e ações a fim de ampliar ou oportunizar a inclusão de pessoas deficientes na biblioteca Edgar Sperb da Escola de Educação Física (ESEF) da UFRGS. Nas páginas que seguem serão apresentadas a justificativa que aponta os motivos para a realização da pesquisa escolhida, o referencial teórico onde apresentam-se as principais abordagens sobre o assunto, o método e procedimentos utilizados, apresentação dos resultados da pesquisa e as considerações finais.

1.1 Justificativa

A preocupação em saber como as pessoas deficientes enfrentam as barreiras encontradas no seu dia-a-dia e o que está sendo feito para amenizar a dificuldade

que elas enfrentam vem aumentando na sociedade. Dentro deste contexto, a experiência da aluna enquanto cidadã e aluna da UFRGS motivou o estudo sobre as condições de acessibilidade e inclusão no ensino superior. Ao realizar o estágio curricular na Biblioteca Edgar Sperb, da ESEF/UFRGS, a acadêmica verificou a existência de muitos problemas referentes à acessibilidade e constatou a preocupação da bibliotecária em adequar as dependências da biblioteca a fim de promover o livre acesso aos usuários. Diante do exposto, o estudo sobre as condições de acessibilidade da biblioteca surgiu do interesse pessoal no assunto e da necessidade de se fazer um levantamento que poderá servir como subsídio junto aos diretores da ESEF para a proposta de reformas e adaptações, a fim de tornar o ambiente da biblioteca e seu entorno acessíveis. Apesar de não existir previsão concreta de reforma, a avaliação é uma das formas de abordar o assunto, chamando a atenção para a existência do problema.

A universidade é um dos sujeitos no processo inclusivo, ela tem o papel de democratizar o ensino, despertar a consciência social e proporcionar condições de acesso ao deficiente. Ela deve estar aberta para um sistema educacional que reconheça as políticas públicas de educação inclusiva, os direitos e necessidades de acessibilidade dos estudantes deficientes, tanto nos aspectos físicos, metodológicos, comunicacionais e atitudinais, a fim de garantir o acesso e a permanência destes no ensino superior. As bibliotecas universitárias, como parte do sistema educacional, têm a obrigação de ser um espaço democrático; elas devem prestar atendimento de qualidade e prover a informação para os diversos tipos de usuários, e os bibliotecários, mediadores no processo de inclusão, devem promover ações que permitam o acesso às informações de forma autônoma e eficaz a todos. No momento em que se considera as bibliotecas universitárias como suporte das atividades de ensino, pensa-se que elas deveriam ser as primeiras a proporcionar espaços que permitam inserir e manter as pessoas deficientes no meio acadêmico, colaborando, assim, para o desenvolvimento intelectual e para a inclusão social. Desta forma, a UFRGS, considerada uma das melhores universidades do país em produção científica, não poderia deixar de se preocupar com a acessibilidade no momento em que se vive a expansão do ensino superior e que se prioriza o reconhecimento social e a educação continuada.

A avaliação da acessibilidade da biblioteca da ESEF é uma forma de alertar sobre os problemas de acessibilidade existentes no *campus*. Já existem estudos nas

bibliotecas do Campus do Vale, da Fabico, Central, na biblioteca da Psicologia e da Educação, porém nenhum estudo foi realizado no Campus Olímpico. Como nas outras faculdades, é importante que este tipo de estudo seja realizado também na ESEF e para conhecer as condições de acessibilidade existentes na biblioteca Edgar Sperb. Para este fim será utilizado um instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas, desenvolvido previamente a partir de estudo de documentos oficiais e técnicos relativos à acessibilidade.

Neste contexto, surge a questão que norteia a pesquisa: **de que forma a biblioteca Edgar Sperb da Escola de Educação Física da Ufrgs está preparada para atender pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida?**

1.2 Objetivos

Os objetivos desta pesquisa se dividem em objetivos gerais e específicos, explicitados a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar as condições de acessibilidade física e informacional oferecidas aos usuários pela Biblioteca Edgar Sperb da Escola de Educação Física da UFRGS.

1.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste estudo:

- a) identificar as barreiras arquitetônicas em relação ao acesso externo e interno da biblioteca;
- b) identificar as barreiras informacionais existentes;
- c) identificar os recursos de acessibilidade disponíveis na biblioteca;
- d) propor ações para ampliar a acessibilidade da biblioteca;
- e) aplicar e avaliar o instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas (Anexo A – Checklist) desenvolvido por Nicoletti (2010).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para execução do presente estudo faz-se necessário um aprofundamento teórico sobre pontos pertinentes ao mesmo. Sendo assim, nas páginas seguintes são abordados os seguintes temas: os tipos de deficiência, a acessibilidade e inclusão social, ensino superior no Brasil, a UFRGS, as bibliotecas universitárias, a Biblioteca Edgar Sperb e o Programa Incluir da UFRGS.

2.1 Compreendendo as deficiências

De acordo com a Organização das Nações Unidas (2010), cerca de 10% da população mundial, aproximadamente 650 milhões de pessoas, vivem com uma deficiência e em torno de 80% dessas pessoas vivem em países em desenvolvimento (ONU, 2011). Conforme os resultados preliminares do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INSTITUTO..., 2011) em 2010, no Brasil, cerca de 45 milhões de pessoas apresentam pelo menos uma das deficiências investigadas. No censo foram consideradas as seguintes deficiências: visual, auditiva, motora, mental/ intelectual.

Devido ao contingente de pessoas com deficiência, é importante entender alguns conceitos relacionados ao assunto. O IBGE (2000, *online*) define as deficiências em:

Deficiência mental permanente: o retardamento mental resultante de lesão ou síndrome irreversível, que se caracteriza por dificuldades ou limitações intelectuais associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, autodeterminação, cuidados com saúde e segurança, aprendizagem, lazer, trabalho, etc. Não se considerou como deficiência mental as perturbações ou doenças mentais como autismo, neurose, esquizofrenia e psicose.

Deficiência física:

- **Tetraplegia** - a paralisia permanente total de ambos os braços e pernas (quadriplegia);
- **Paraplegia** - a paralisia permanente das pernas;
- **Hemiplegia** - a paralisia permanente de um dos lados do corpo; ou
- **Falta de membro ou de parte dele** - a falta de perna, braço, mão, pé ou do dedo polegar ou a falta de parte da perna ou braço.

Deficiência visual: de acordo com a avaliação do grau de incapacidade visual (feita com o uso de óculos ou lentes de contato, no caso de a pessoa utilizá-los) a classificação foi como:

- **Incapaz de enxergar** - quando a pessoa se declarou totalmente cega;
- **Grande dificuldade permanente de enxergar** - quando a pessoa declarou ter grande dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato; ou

- **Alguma dificuldade permanente de enxergar** - quando a pessoa declarou ter alguma dificuldade de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato.

Deficiência auditiva - de acordo com a avaliação do grau de incapacidade auditiva, (feita com o uso de aparelho auditivo, no caso de a pessoa utilizá-lo) a classificação foi como:

- **Incapaz de ouvir** - quando a pessoa se declarou totalmente surda;

- **Grande dificuldade permanente de ouvir** - quando a pessoa declarou ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo; ou

- **Alguma dificuldade permanente de ouvir** - quando a pessoa declarou ter alguma dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo.

Deficiência motora: de acordo com a avaliação do grau de incapacidade motora, (feita com o uso de prótese, bengala, ou aparelho auxiliar, no caso de a pessoa utilizá-lo) a classificação foi como:

- **Incapaz de caminhar ou subir escadas** - quando a pessoa se declarou incapaz de caminhar ou subir escadas sem ajuda de outra pessoa, por deficiência motora;

- **Grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas** - quando a pessoa declarou ter grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas sem ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar; ou

- **Alguma dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas** - quando a pessoa declarou ter alguma dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas sem ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar.

Nas Nações Unidas, as necessidades e os direitos das pessoas com deficiência têm sido uma prioridade; no Brasil, a política de inclusão social das pessoas com deficiência existe desde a Constituição de 1988, que originou a Lei nº 7.853/1989, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999. Esses documentos somados a outros, destacando-se as Leis nº 10.048 e nº 10.098, de 2000 e o Decreto nº 5.296/2004 que é conhecido, segundo a autora, como o decreto da acessibilidade, nos colocam em posição de igualdade com o ideário da Convenção da ONU (MAIOR, 2008, p. 21). Este instrumento de direitos humanos com dimensão de direitos sociais reafirma que todas as pessoas com todos os tipos de deficiência devem gozar de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Na Convenção da ONU consta que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (MAIOR, 2008, p. 21).

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 define:

É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (BRASIL, 1999, *online*.)

De acordo com este mesmo Decreto (com alterações do decreto nº 5.296/2004),

é considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) utilização dos recursos da comunidade;
- f) saúde e segurança;
- g) habilidades acadêmicas;
- h) lazer; e
- i) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências. (BRASIL, 1999, *online*.)

A NBR 9050 define deficiência como “redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de

utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente.” (ABNT, 2004, p. 3).

Para muitos autores, torna-se difícil conceituar as deficiências sem que os termos tomem conotação preconceituosa ou, ainda, uma preocupação excessiva com a denominação que será utilizada para tratar as pessoas deficientes, como observa Guimarães (2000, p. 2):

Mesmo que não queiramos e que nos policiemos muito falando sobre o que é politicamente correto, vamos chamar de pessoas portadoras de necessidades especiais. Qual será o próximo nome que vamos atribuir a isso? Portador de deficiência? Antigamente era aleijado. Temos essa preocupação de sermos politicamente corretos para não ferir a pessoa, mas no dia-a-dia estamos falando do direito do deficiente.

As condições de deficiência despertam discriminação, preconceitos e excluem as pessoas na sociedade, por isso antes de pensarmos nas questões de acessibilidade é importante conhecer cada tipo de deficiência e as limitações resultantes, para perceber as necessidades específicas de cada pessoa para tratá-las de forma correta e poder promover o respeito à diversidade.

2.2 Acessibilidade e inclusão social

Tornar um espaço acessível é romper barreiras existentes a fim de permitir a utilização autônoma e com segurança de espaços, mobiliários e equipamentos, edificações, transportes, sistemas e meios de comunicações por pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. “Um ambiente preparado para as diferenças não exclui e permite o acesso e a integração plena, desde o ponto de vista funcional e psicológico, naquelas atividades diárias realizadas por todos, redefinindo assim o próprio conceito de deficiência.” (FERRÉS, 2006, p. 22). A inclusão é o resultado da sociedade onde o deficiente está inserido. Se a sociedade estiver mal organizada, a pessoa com deficiência será discriminada e terá barreiras de acessibilidade, institucional e atitudinais que impedirão a sua participação efetiva na sociedade e a sua independência (LARAIA, 2009, p. 37). A inclusão social é o processo onde a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas as pessoas deficientes e, desta forma, as pessoas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. É um processo bilateral onde as pessoas excluídas e a sociedade buscam equacionar ,

decidir sobre soluções e equiparar as oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p. 3).

De acordo com Mazzoni (2001, p. 31) “a acessibilidade não deve ser caracterizada por um conjunto de normas e leis, e sim por um processo de observação e construção, feitos por todos os membros da sociedade.”.

Pupo (1998, p. 5) afirma que a integração do deficiente antecede à inclusão, e esta implica em três níveis básicos: o social, que é considerado o acesso aos bens, à educação, saúde, trabalho e lazer, seja qual for a deficiência; o político, que é a participação nos processos decisórios e o cultural, com a integração dos deficientes como membros e agentes das atividades culturais.

Sassaki (2005, p. 5) separa a acessibilidade em seis dimensões:

Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos. **Acessibilidade comunicacional:** sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, *notebook* e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital). **Acessibilidade metodológica:** sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc.), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.). **Acessibilidade instrumental:** sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc.) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais etc.). **Acessibilidade programática:** sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de um geral. **Acessibilidade atitudinal:** através de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

A legislação nacional ampara e determina a integração e acessibilidade das pessoas com deficiência. Verifica-se no artigo 4 - obrigações gerais, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasília, 2007, p. 18) que, a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas

apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural.

É importante destacar que, para fins das condições gerais de acessibilidade, o Decreto Federal nº 5.296 (BRASIL, 2004) define acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. Define, ainda, barreiras como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, mediante supressão de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e comunicação. Essa lei estabelece definições de acessibilidade, de barreiras, entraves ou obstáculos que impeçam o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança desse público.

A NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO..., 2004) foi elaborada pelo Comitê Brasileiro de Acessibilidade com o objetivo de estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Ao estabelecer esses critérios, o Comitê considerou as diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, tendo como objetivo proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

O Decreto nº 3.298/1999 dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência que compreende o conjunto de orientações

normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência.

Mesmo com o amparo das leis, no Brasil, pouco é criado para atender pessoas com deficiências, mas praticamente tudo é adaptado. Adaptamos rampas em prédios já existentes, banheiros adaptados (normalmente pensados depois que o projeto já está pronto), escolas, universidades e bibliotecas adaptadas com andares e salas especiais, reforçando o estigma social. Por outro lado, temos a proposta de tornar uma sociedade inclusiva, feita para todos, como é o caso do desenho universal, conceito que se desenvolveu entre os profissionais da área de arquitetura e que tem como objetivo o desenvolvimento de produtos e de ambientes para serem usados por todas as pessoas, na maior extensão possível, sem a necessidade de adaptação ou *design* especializado.

Conforme Carletto e Cambiaggi (2008, p. 10):

O Desenho Universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A idéia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos.

Mazzoni e outros (2001, p. 32) consideram que “é necessário zelar para que a qualidade de um projeto, concebido sob os princípios do desenho para todos, seja mantida e aperfeiçoada” e afirmam ainda, que a acessibilidade é um processo no qual todas as pessoas estão envolvidas.

Outro fator importante a ser considerado na inclusão social das pessoas com deficiência são as mudanças tecnológicas, que tiveram como conseqüência alteração nos processos de produção e das ferramentas de acesso à informação. As informações passaram a ser digitalizadas, processadas através dos computadores, criando, desta forma, barreiras para pessoas com limitações físicas. As bibliotecas estão avançando no uso da tecnologia, encontramos hoje catálogos automatizados, acervo informacional e para tornar estas informações acessíveis é necessária a adaptação e desenvolvimento de tecnologias para permitir o acesso de todos. Para Cunha (2000, p. 72) “À medida que a informação digital se expande, as bibliotecas universitárias enfrentam os desafios de prover fácil acesso desses documentos a seus usuários”.

A acessibilidade informacional visa incluir as pessoas deficientes nos ambientes de informação para que tenham autonomia no uso das tecnologias de informação. De acordo com Nascimento (2009, p. 67):

Entende-se o termo 'inclusão digital' como um meio de promover a melhoria da qualidade de vida, garantir maior liberdade social, gerar conhecimento e troca de informações, ou uma forma de facilitar o acesso às tecnologias, como o computador e Internet, por todas as pessoas, independentemente de sua condição física ou social possibilitar a criação e disseminação de novas ferramentas de apoio que complementem a educação dos usuários com deficiência;[...]

De acordo com Estabel e Moro (2006, p. 95) “O acesso e a utilização da informática pelas pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEEs) é uma das formas de inclusão digital e social, além de propiciar o acesso à informação de cidadãos excluídos”.

A acessibilidade na *web* contempla diversos tipos de necessidades especiais. Através das tecnologias assistivas, os usuários com deficiência podem acessar a *web* de forma efetiva, entre elas podemos destacar o leitor de tela, sistema de entrada de voz, ampliador de tela, leitores de tela com síntese de voz, teclado alternativo, linhas e impressoras em Braille e softwares especializados para produção de material em Braille (MELO; COSTA; SOARES, 2006, p. 62).

As tecnologias assistivas servem também para auxiliar nas atividades do cotidiano do deficiente. Dentro destas tecnologias, existem os equipamentos de auxílio à mobilidade, como equipamentos que são acoplados às cadeiras de roda e auxiliam a subir e descer escadas e em situações de emergência, os assinadores, que são peças que auxiliam no preenchimento ou assinatura de documentos e balanças com marcação em alto relevo (MELO; COSTA; SOARES, 2006, p. 62). As tecnologias assistivas são ferramentas que permitem a inclusão digital para pessoas com deficiência e proporcionam autonomia e independência a elas.

2.3 Ensino superior no Brasil e a UFRGS

A criação de universidades no Brasil foi um tanto quanto tardia. Enquanto países colonizados pela Espanha já possuíam um número significativo de universidades, no Brasil não era permitido a criação de universidades em suas colônias. Os estudantes da elite colonial portuguesa, considerados portugueses

nascidos no Brasil, tinham de se deslocar até a metrópole para graduarem-se. No Brasil colonial o ensino formal esteve a cargo dos jesuítas que “dedicavam-se desde a cristianização dos indígenas, até a formação do clero, em seminários teológicos e a educação dos filhos da classe dominante nos colégios reais.” (OLIVEN, 2002, p. 31).

O ensino superior no Brasil deu-se com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, no ano de 1808. Conforme Oliven (2002, p. 32), “Quando chegou à Bahia, Dom João VI, então Príncipe Regente, recebeu a solicitação dos comerciantes locais no sentido de ser criada uma universidade no Brasil. Para tanto, dispunham-se a colaborar com uma significativa ajuda financeira.” Porém, em vez da universidade é criado o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia na Bahia e com a transferência da família real para o Rio de Janeiro foram criados nessa cidade uma Escola de Cirurgia, Academias Militares e a Escola de Belas Artes (OLIVEN, 2002).

De acordo com Santos, Lima e Maciel (2010, p. 3), apenas em 1827, cinco anos depois da independência do Brasil, “o príncipe regente D. Pedro I acrescentou aos já existentes o Curso Jurídico em Olinda e em São Paulo, o que completaria o panorama dos três cursos hegemônicos no País: Medicina, Engenharia e Direito”. Com a reorganização, reestruturação e aglutinações dos primeiros cursos criados no Brasil deu-se origem às escolas e faculdades profissionalizantes que vieram a formar o conjunto das instituições de ensino superior até a República.

As primeiras faculdades brasileiras – Medicina, Direito e Politécnica – eram independentes uma das outras, localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitista. Conforme Oliven (2002, p. 32), estas faculdades “Seguiam o modelo das Grandes Escolas francesas, instituições seculares mais voltadas ao ensino do que à pesquisa.”

No Brasil Império não foram criadas universidades e os cursos superiores com orientação profissional foram se estabelecendo no território nacional e eram vistos como substitutos à universidade. A primeira universidade oficial do Brasil foi criada pelo Decreto nº 14.343, em 07 de setembro de 1920, que instituiu a Universidade do Rio de Janeiro e reuniu as três unidades de caráter profissional (as Escolas Politécnicas e de Medicina do Rio de Janeiro e as Faculdades Livres de Direito). Tal reunião aconteceu sem maior integração entre as faculdades, cada uma conservando suas características e assegurada a autonomia didática e administrativa de cada uma delas (FÁVERO, 2006, p. 22).

Em 1931, durante a Nova República, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, conforme o estatuto, “a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras.” (OLIVEN, 2002, p. 34).

No Rio Grande do Sul, o ensino superior começou tardiamente como no resto do país. A criação de universidades no sul do país começou em 1883 em Pelotas, com a Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática. O segundo curso surgiu na República na cidade de Taquari em 1891, com a fundação da Escola Prática de Agricultura e Viticultura que mais tarde acabou se transformando no Curso Superior de Agronomia (MOROSINI; ROSSATO, 2006, p. 25).

Conforme Morosini e Rossato (2006, p. 25), a primeira instituição criada em Porto Alegre foi a Escola Livre de Farmácia e Química Industrial, em 1895. Em 1896, surgiu a Escola de Engenharia de Porto Alegre e em 1898, a Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, integrando Farmácia e o Curso de Partos. Em 1900, somou-se o curso de Direito a essas instituições que serviram de base para a criação da Universidade do Rio Grande do Sul. A Escola Superior de Comércio, criada na cidade de Porto Alegre em 1927, deu origem à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. As universidades, até 1950, concentravam-se basicamente em Porto Alegre e a partir dos anos 60 houve uma intensificação na criação de novas instituições, não só na capital como no interior do Estado.

A história da UFRGS começa com a Fundação da Escola de Farmácia e Química, em 1895 e, em seguida, da Escola de Engenharia, iniciando também, a educação superior no Rio Grande do Sul (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2008). Em 1980, foram fundadas a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Faculdade de Direito, fato este que marcou o início dos cursos humanísticos no Estado. Somente em 28 de novembro de 1934 foi criada a Universidade de Porto Alegre, integrada inicialmente pela Escola de Engenharia, com os Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; Faculdade de Medicina, com as Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pelo Instituto de Belas Artes. Conforme informa a Associação Nacional de História (2008), em 1947 passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul, a URGS, incorporando as faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas e

a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. Posteriormente, essas foram desincorporadas da URGS, com a criação da Universidade de Pelotas e da Universidade Federal de Santa Maria. Em dezembro de 1950, a Universidade foi federalizada, passando à esfera administrativa da União sendo denominada desde então como UFRGS.

A ESEF é a mais antiga Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul, foi criada em 1940, oferecendo o Curso Superior de Educação Física a partir de 1941. Em 1970, a ESEF é incorporada à UFRGS e passa a oferecer o Curso de Licenciatura em Educação Física. Em 2004, seguindo a Resolução 7/2004, que estabelece as diferenças entre Graduação e Licenciatura em Educação Física e institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, a Comissão de Graduação em Educação Física (COMGRAD/EFI) propõe a criação do Curso de Bacharelado em Educação Física. Atualmente, a Escola também oferece os Cursos de Bacharelado em Fisioterapia e Licenciatura em Dança. Além de atender o público acadêmico, a ESEF oferece projetos de extensão para a comunidade em geral e entre eles, atividades direcionadas para pessoas deficientes. Estes projetos são o programa Viver Faz a Diferença e a atividade de Judô, que atendem pessoas com deficiência visual; o projetos de Dança, direcionadas para pessoas que sofreram Acidente Vascular Cerebral (AVC) e a Hidroginástica direcionada para portadores de Síndrome de Down (TORRES, 2011). A Escola de Educação Física localiza-se na rua Felizardo, 750, no bairro Jardim Botânico, em Porto Alegre .

A universidade é uma instituição social criada a partir de normas que regulamentam o ensino superior no Brasil. Entre estas normas reguladoras, temos o Decreto nº 5.773/2006 (BRASIL, 2006) que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino e credencia as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas em faculdades, centros universitários e universidades. De acordo com Mazzoni e outros (2001, p. 29), “Os ambientes universitários estão associados à produção e disseminação do conhecimento, destacando-se a informação como um dos elementos relevantes neste processo”.

A universidade tem o papel de proporcionar livre acesso aos espaços universitários. Este acesso está garantido pelo Decreto nº 3.289/99 (BRASIL, 1999)

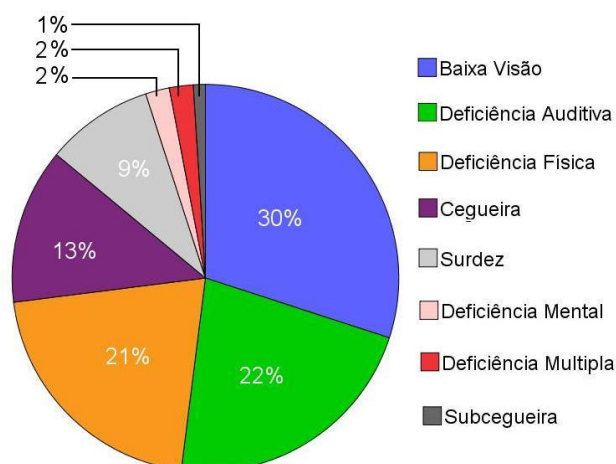
que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência e consolida as normas de proteção. Conforme Emmanuelli (2009, p. 28):

a instituição de ensino superior deve preparar um cenário que propicie as condições de atender o aluno, pois a sociedade exige cada vez mais profissionais altamente qualificados, dinâmicos, abertos às mudanças tecnológicas, capazes de contribuir para a inclusão de sujeitos e grupos na sociedade.

De acordo com o Decreto nº 3.289 (BRASIL, 1999), cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, entre eles, o direito à educação. Com relação ao ensino superior, o Decreto especifica que, quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relativas à acessibilidade; determina que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência e institui que o Ministério da Educação, no âmbito da sua competência, expedirá instruções para que os programas de educação superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionados à pessoa com deficiência.

A Portaria do MEC nº 3.284/2003 (BRASIL, 2003) determinou requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências que devem ser incluídos nos instrumentos de avaliação para fins de autorização, reconhecimento, credenciamento e renovação de cursos de ensino superior. Estes critérios foram estabelecidos pela SESU com apoio técnico da SEESP e tomaram como referência a NBR 9050/2004. Esta portaria assegura as condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e utilização de equipamentos e instalações e sua relação com pessoas com deficiência física, deficiência visual e deficiência auditiva.

De acordo com o INEP (BRASIL, 2010, p. 21), a respeito do tema inclusão dos alunos com deficiência na educação superior, verificou-se que 20.019 alunos matriculados na graduação são portadores de deficiência, o que corresponde a 0,34% do total (BRASIL, 2010). O tipo de deficiência predominante foi baixa visão (30%), seguido da deficiência auditiva (22%) e da deficiência física (21%), conforme Gráfico 1 abaixo:



Fonte: INEP/MEC, Censo da Educação Superior de 2009 (BRASIL, 2010).

Segundo o MEC/SEESP (BRASIL, 2008), na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

A UFRGS, com o intuito de promover acessibilidade a seus alunos, participa do Programa Incluir. O Programa Incluir tem como objetivo apoiar ações que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Conforme informa Soares (2009, *online*), “o Programa, na UFRGS, recebe investimento anual de R\$ 100 mil, seu principal objetivo é eliminar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e nas comunicações para a inclusão na universidade”. Soares (2009, *online*) informa ainda que

entre 2005 e 2008, funcionários, professores e bolsistas foram capacitados e a infraestrutura foi implementada (espaço físico, equipamentos, equipe). Em 2009, o Incluir já funcionava de forma efetiva e a UFRGS possuía três núcleos de acessibilidade com espaços preparados para atender a demandas de estudantes com variadas deficiências.

Conforme o folder da instituição, o programa Incluir da UFRGS visa à garantia da permanência dos alunos com necessidades especiais decorrentes de cegueira, baixa visão, mobilidade reduzida, deficiência auditiva e da condição de ser surdo,

usuário da Língua Brasileira de Sinais na Universidade, através de ações que visam a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas e de comunicação, possibilitando acessibilidade dos alunos com deficiência. Os serviços oferecidos pelo programa são:

- a) adaptações de materiais didáticos (ampliações, adaptações em Braille, digitalização de textos);
- b) serviço de leitor/ transcritor;
- c) serviço de guia;
- d) serviço de Tradutor-Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- e) disponibilização de *softwares* leitores e ampliadores de tela e lupas eletrônicas, bem como orientação ao uso dos mesmos;
- f) articulações que visem melhorias arquitetônicas nos campi da Universidade;
- g) contatos com as comissões de graduação e de pós -graduação, a fim de qualificar o atendimento ao aluno.

De acordo com informações enviadas por email por Karine Bighelini, Assistente em Administração, responsável pelo Programa Incluir da UFRGS, o ponto de atendimento da ESEF está desativado. Atualmente, o programa possui sete pontos de atendimento, a saber: Anexo da Reitoria (setor administrativo), Biblioteca da FACED, IFRS Campus Porto Alegre - Sala do NAPNE, Biblioteca das Ciências Sociais e Humanidade (BSCSH) - Campus do Vale, Biblioteca da Geociências - Campus do Vale, COMGRAD da Faculdade do Direito, Museu da UFRGS e a Biblioteca da Psicologia - Campus da Saúde.

O Programa Incluir, através de seus pontos de atendimento, atende às demandas de alunos, servidores e professores com deficiência visual (baixa visão e cegueira), mobilidade reduzida, auditiva e da condição de ser surdo, usuário da Língua Brasileira de Sinais. O enfoque é pedagógico, restringindo-se às adaptações de materiais, de tal forma a torná-los acessíveis às pessoas com deficiência visual, o que inclui: produção de material ampliado e em Braille, digitalizações, serviço de leitor transcritor e guia vidente. Quanto aos surdos atendidos, o Programa conta com serviço terceirizado de tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, viabilizado mediante licitação. As demandas cobertas referem-se à: tradução/interpretação Libras/Português, Português/Libras realizados em salas de aula, eventos e estudos extraclasse no âmbito do Ensino, Pesquisa e Extensão. Quanto às pessoas com

mobilidade reduzida, o Programa Incluir recebe as demandas e informa os órgãos competentes para que sejam encaminhadas (intervenções arquitetônicas e acesso ao estacionamento).

Atualmente, são beneficiados pelo programa:

- a) dezoito surdos (vinculados ao Programa de Pós-Graduação e Educação, incluindo 02 professores substitutos e 01 efetivo, bem como instrutores em ações de capacitação);
- b) quatro cegos e seis com baixa visão (vinculadas à Extensão, Graduação e Pós-Graduação);
- c) três com mobilidade reduzida (um desses apresenta deficiência neuromotora, o que implica serviços de ampliação e digitalização de textos e leitor transcritor).

Com relação aos alunos de Graduação, a cada início de ano, o Programa Incluir entra em contato com a COPERSE, via processo, para acessar os dados cadastrais dos alunos com deficiência ingressantes. A partir de então, contata-se, por telefone ou e-mail, apresentando o Programa e oferecendo os serviços.

No âmbito da Pós-Graduação, as demandas são encaminhadas pelos próprios alunos, via e-mail ou telefone ou através de contato com os Programas de Pós-Graduação para identificação dos mesmos.

O Programa Incluir existe para atender toda a Universidade e as demandas dos diversos setores e unidades podem ser encaminhadas através de *email* ou através do *link* de interesse da PROGRAD. Os responsáveis pelo Programa Incluir estão em processo de constituição de um Núcleo de Acessibilidade, junto à Reitoria, visando à ampliação das possibilidades de atendimento, bem como ao desenvolvimento de ações estratégicas para o fortalecimento dos processos de inclusão e permanência dos alunos, servidores e professores na Universidade.

Em contato feito com a bibliotecária Elise Maria di Domenico Coser, da Biblioteca do Instituto de Psicologia da UFRGS, recebeu-se a informação que a biblioteca disponibiliza o espaço para o Programa Incluir. A biblioteca atende apenas uma usuária com necessidade especial que possui visão reduzida e o atendimento é feito por uma bolsista do Projeto que auxilia a aluna a atravessar as ruas, faz ampliação e cópia de textos necessários para desenvolvimento das disciplinas. A biblioteca dispõe para o atendimento da aluna um computador, um scanner e um

televisor 29” para leitura de textos. Dos serviços oferecidos pelo Programa Incluir a biblioteca disponibiliza apenas o ampliador de tela e lupa eletrônica e a guia vidente.

Tratar da inclusão social não significa apenas pensar na acessibilidade física das pessoas deficientes, envolve também, o acesso aos bens sociais, culturais e econômicos, à educação, à saúde, ao trabalho e à tecnologia sem que para isto se sintam discriminadas e excluídas da sociedade.

2.4 As bibliotecas universitárias: agentes de inclusão

As bibliotecas são organizadas para atender as necessidades da comunidade onde estão inseridas e as bibliotecas universitárias têm a missão de cumprir as necessidades informativas das comunidades acadêmicas no desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, “[...] estão diretamente ligadas à qualidade dos cursos de suas universidades, sejam eles de graduação ou de pós-graduação.” (MAZZONI et al., 2001, p. 29).

Guinchat e Menou (1994) incluem as bibliotecas universitárias no conjunto das unidades de informação onde predominam as atividades de conservação e organização de documentos primários. Suas coleções devem refletir as disciplinas lecionadas nos cursos e as áreas de pesquisa da instituição e sua documentação é, sobretudo, de caráter científico e técnico, devendo ser permanentemente atualizada, através da aquisição freqüente de um grande número de publicações periódicas em suporte papel ou eletrônico. As bibliotecas universitárias “[...] têm como missão a preservação do conhecimento produzido pelos componentes da comunidade acadêmica ...]”. (JOB; FONSECA, 2006, p.13).

De acordo com Damásio (2004, p. 1):

observa-se que as bibliotecas universitárias detêm um papel essencial nos processos de pesquisa e inovação tecnológica do país. Detêm o conhecimento universitário e têm a principal função de intermediar o conhecimento científico e tecnológico e seus usuários, pessoas físicas ou instituições.

Às bibliotecas universitárias compete, prioritariamente, no âmbito social, prover acesso à comunidade acadêmica de recursos de informação relevantes, de modo a subsidiá-la no desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão (SILVEIRA, 2000, p. 2). Para Oliveira (2002, p. 208) as bibliotecas das

Instituições de Ensino Superior “tem por missão o suporte de suas atividades; sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão. Desta forma, deve-se priorizar recursos informacionais, infra-estrutura e serviços adequados para a(s) atividade(s) definida(s) por cada IES.” As características das bibliotecas irão variar conforme a classificação das instituições de ensino superior que são definidas através da sua atuação, estrutura e características (OLIVEIRA, 2002, p. 209).

Além de ser detentora do conhecimento e de cumprir o papel para suprir as necessidades de informação das comunidades acadêmicas, conforme já afirmado por diversos autores, a biblioteca universitária deve ser agente de inclusão e romper barreiras para que todos tenham acesso às informações. Para isso é necessário que as bibliotecas incorporem no seu planejamento ações para a inclusão digital dispondo de tecnologias assistivas que garantam igualdade de acesso à informação a todos os usuários. Conforme observado por Silveira (2000, p. 2):

No Brasil, praticamente inexistente biblioteca universitária que incorpore ao seu planejamento garantias de acesso pleno a deficientes físicos, prevalecendo barreiras arquitetônicas em suas instalações. O conjunto de recursos informacionais, representado por itens componentes dos acervos, também é projetado visando ao atendimento daquela comunidade de usuários julgada fisicamente "normal", resultando daí a inacessibilidade parcial e, na maioria das vezes, total à informação disponibilizada pela biblioteca [...].

Apesar da afirmação de Silveira (2002, p. 2) ter sido feita há alguns anos, de certa forma mantém-se atual, já que ainda encontramos muitas bibliotecas que não contemplam em seu regulamento questões referentes à acessibilidade e não direcionam seus projetos e recursos para a inclusão das pessoas deficientes.

O processo inclusivo nas bibliotecas engloba ações que vão desde o aspecto físico até o atitudinal. De acordo com Mazzoni e outros (2001, p. 31):

Dentro da estrutura de uma biblioteca universitária, a acessibilidade envolve tantos aspectos urbanísticos (estacionamento, caminhos de acesso etc.), como aspectos arquitetônicos (iluminação, ventilação, espaço para circulação entre ambientes, banheiros, rampas adequadas etc.) e aspectos de informação e comunicação (sinalização, sistemas de consulta e empréstimos, tecnologia de apoio para usuários portadores de deficiências, sistemas para acesso remoto etc.). Qualificando todos os aspectos anteriores se encontram os aspectos atitudinais – como as pessoas compreendem e constroem o processo de acessibilidade –, o que pode valorizar ou degradar os projetos originais.

As bibliotecas devem estimular a autonomia e independência acadêmica dos usuários, para isso é necessário que elas estejam equipadas e preparadas com

recursos de acessibilidade, com infraestrutura que oportunize estudos e pesquisa para todos os tipos de usuários.

É importante lembrar que existem programas no Brasil voltados para a inclusão, como o Programa de Educação Inclusiva do MEC criado em 2003, que salienta o direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade (ALVES; BARBOSA, 2006, p. 19). Referente a diretrizes da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, o MEC determina com relação à educação superior, que a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos (MEC/SEESP, 2008, *online*). Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão e as bibliotecas fazem parte deste contexto como disseminadoras da informação e agentes da educação no sistema de ensino superior do Brasil.

O Decreto nº 5773/2000 (BRASIL, 2000) dispõe sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação da educação superior e dos cursos superiores de graduação. No que diz respeito a infra-estrutura física e instalações acadêmicas com relação à biblioteca o Decreto prevê a aquisição de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos. Com relação à acessibilidade, prevê atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de

comunicação e informação e serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS .

A Biblioteca Edgar Sperb¹ da UFRGS é uma biblioteca pública, universitária, com acervo especializado em educação física, fisioterapia, dança, ciências do esporte e do movimento humano. Iniciou suas atividades a partir da criação da Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos (A.E.E.F.D) em 1945, uma entidade de âmbito estadual, que começou a organizar sua pequena biblioteca. Seu nome foi dado em homenagem ao médico Edgar Luís da Silva Sperb que concluiu o curso de especialização em medicina da educação física e dos desportos e fundou o Centro Acadêmico da ESEF. A inauguração da biblioteca ocorreu em 28 de outubro de 1946, na sede da A.E.E.F.D. localizada no Palácio dos Esportes no centro de Porto Alegre, mas apesar de muitos professores contribuírem para o desenvolvimento da Associação, a biblioteca ainda não estava totalmente estruturada. Dez anos após a fundação da Escola, havia somente uma sala destinada à biblioteca e mesmo assim, era frequentemente utilizada para a realização das reuniões da congregação e sessões do corpo docente. No início da década de 70, a ESEF, que era uma escola estadual, passou a integrar-se ao Governo Federal e com isso foram criados cargos no quadro permanente do Ministério de Educação e Cultura, entre esses, o de dois bibliotecários. Em 1971, a A.E.E.F.D. mudou sua sede para a ESEF, fez doação dos seus livros e outros materiais à escola, o que resultou na atual biblioteca, que manteve o nome de Edgar Sperb.

Atualmente, a biblioteca é responsável por prover informações e documentos necessários às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da ESEF, preservar a produção intelectual, científica, cultural e artística dos servidores da Unidade, facilitar o uso, acesso e recuperação das informações nos formatos impressos ou eletrônicos, participar de todas as fases de elaboração e publicação da revista Movimento, registrar e preservar obras de caráter histórico da área de educação física e esportes. Oferece serviços de Comutação Bibliográfica (COMUT), consulta a base de dados on-line, empréstimo domiciliar, consulta local ao acervo histórico em ciências do esporte e educação física, normalização de trabalhos técnico-científicos, serviço de referência, videoteca e treinamento de usuários. Fazem parte

¹ Informações extraídas do site da Biblioteca Edgar Sperb

dos usuários das bibliotecas setoriais da UFRGS, o corpo docente da Universidade, alunos, o corpo técnico-administrativo e colaborador convidado que estão habilitados ao empréstimo domiciliar. A equipe da biblioteca conta com cinco bibliotecárias, dois funcionários e três bolsistas. O acervo geral possui mais de 15 mil itens composto por livros, periódicos, teses, monografias, dissertações, fitas de vídeo, CD's, DVD's, VHS'S, áudio, microfichas, folhetos, separatas, monografias, teses e dissertações. A biblioteca localiza-se nas dependências do Campus Olímpico, em prédio compartilhado.

A acessibilidade de algumas bibliotecas da UFRGS já foi estudada. Entre os trabalhos realizados pode-se citar o trabalho de Bresolin (2010) que teve como objetivo compreender a cultura da acessibilidade no âmbito das bibliotecas setoriais da UFRGS. Bresolin (2010) escolheu para seu estudo a Biblioteca Central, devido sua localização e o público mais heterogêneo, a Biblioteca da FABICO por ser parte indispensável na formação de futuros bibliotecários, a Biblioteca da Psicologia e a Biblioteca da Faculdade de Educação por serem pontos de referência no atendimento a deficientes. O autor não realizou a avaliação das condições de acessibilidade das bibliotecas, porém constatou através das suas entrevistas a preocupação dos bibliotecários referente à acessibilidade e inclusão social. Estes profissionais tentam melhorar suas bibliotecas a fim de torná-las acessíveis e para isso buscam informações, fazem visitas e observações em espaços físicos de outras unidades a fim de encontrar soluções para melhorar o bem estar dos usuários e funcionários da biblioteca. Outra pesquisa foi realizada por Emmanuelli (2009) que tratou de conhecer as condições de acessibilidade físicas das bibliotecas universitárias localizadas no Anel Viário do Campus do Vale da UFRGS. A autora levantou informações sobre a infraestrutura do *campus* e questões referentes à acessibilidade, como o tipo de transporte público coletivo que atende a região, a existência de sanitários adaptados, sobre o ambiente interno e mobiliário da biblioteca e sobre as informações que os responsáveis pelas bibliotecas possuem acerca do número de alunos deficientes que utilizam os serviços e produtos das bibliotecas estudadas. A autora concluiu que a acessibilidade das faculdades estudadas é deficiente e não permite a autonomia aos usuários com deficiência física. Constatou, ainda, a necessidade de recursos para adequar os ambientes físicos, aquisição de material e capacitação dos profissionais que trabalham nas

bibliotecas e que os bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas estudadas desconhecem o número de alunos deficientes que frequentam a faculdade.

Como visto, algumas ações já foram realizadas a fim de chamar a atenção sobre as questões de acessibilidade na UFRGS, mas não existe ainda uma avaliação sobre as condições de acessibilidade no Campus da Educação Física e tampouco na biblioteca da ESEF.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo aborda o tipo de estudo adotado, o instrumento e procedimentos de coleta e análise dos dados.

3.1 Tipo de Estudo

A pesquisa procura respostas para indagações propostas, ela é um conjunto de atividades orientadas para a busca de determinado conhecimento. A pesquisa científica “[...] deve ser feita de modo sistematizado, utilizando para isto método próprio e técnicas específicas e procurando um conhecimento que se refira à realidade empírica.” (RÚDIO, 2009, p. 9). Este estudo será realizado através da pesquisa de campo com abordagem qualitativa conduzida através de estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo, pois tem como objetivo obter a descrição do objeto por meio da observação e do levantamento de dados. As pesquisas de caráter exploratório “proporcionam maior familiaridade com a problemática, [...] têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.” (GIL, 2002, p. 41). O estudo de caso, conforme Yin (2005, p. 29) consiste em uma investigação empírica, que estuda um fenômeno contemporâneo dentro de seu próprio contexto.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é o elemento primário na coleta de dados e assume o papel de observador e explorador, a fim de chegar a problemas estabelecidos, descrever e estabelecer ações.

3.3 Instrumento de pesquisa

Para coleta de dados da presente pesquisa foi utilizado formulário específico com questões fechadas que servem como roteiro para auxiliar o pesquisador na observação e registro de critérios de acessibilidade nas bibliotecas. O formulário é o Instrumento de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas (Anexo A – *Checklist*) desenvolvido por Nicoletti (2010) como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Biblioteconomia da UFRGS, defendido em 2010. Este formulário constitui-se de uma compilação de critérios identificados na análise documental do tipo oficial, como leis, decretos portarias e resoluções vigentes e do

tipo técnico, como normas e livros-textos e transformados em questões diretas para o contexto das bibliotecas (NICOLETTI, 2010, p. 47). Os principais documentos utilizados foram NBR 9050/2004 (ASSOCIAÇÃO..., 2004), NBR 15599/2008 (ASSOCIAÇÃO..., 2008) e o livro *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas* (PUPO, 2006). A autora considerou as seguintes categorias básicas de acessibilidade: a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal, acessibilidade à informação e ao mobiliário e equipamentos. O instrumento possibilita as seguintes respostas:

QUADRO 1 – Legenda das siglas utilizadas no *Checklist* de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas.

LEGENDA	
Sim (S)	Item de avaliação atendido;
Não (N)	Item de avaliação não atendido;
Parcialmente (P)	Item de avaliação parcialmente atendido;
Não se aplica (N/A)	Item de avaliação não se aplica.

Fonte: *Checklist* para bibliotecas: um instrumento de acessibilidade para todos (NICOLETTI, 2010).

A escolha do instrumento deve-se ao fato de ser resultado de um trabalho desenvolvido na UFRGS específico para levantamento em bibliotecas. Pressupõe-se que o mesmo abrange todos os quesitos necessários para uma avaliação eficaz de uma biblioteca e é de fácil entendimento.

3.4 Procedimentos de coleta e análise de dados

A coleta de dados aconteceu no dia 20 de outubro de 2011, no turno da tarde, e realizou-se através de visita exploratória, com preenchimento do formulário específico (Anexo A – *checklist*), registro fotográfico, observação e entrevista com uma das bibliotecárias da ESEF, Cíntia Fonseca. O *checklist* serviu de roteiro para levantamento de condições de acessibilidade da biblioteca.

Após a coleta dos dados, realizou-se a organização, classificação, leitura, análise dos dados e registro de ideias. Barros (2010, p. 87) afirmam que “o êxito na análise de dados dependerá, indiscutivelmente, do próprio pesquisador; do nível de

seu conhecimento, da sua imaginação, de seu bom senso e de sua bagagem teórico-prática, capacidade de argumentação e de elaboração [...]”.

O tratamento dos dados deu-se com a organização e descrição dos dados, reunindo-os em classes (acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal, à informação e acessibilidade ao mobiliário e equipamentos) e dividindo-os nas possibilidades de resposta para cada item do *checklist* (sim, não, parcialmente e não se aplica). Após, realizou-se a análise e interpretação destes dados com fundamento no suporte teórico e metodológico utilizados pela pesquisadora e o relatório da pesquisa. Para registro e organização dos dados foi utilizado o programa Excel.

4 RESULTADOS

Os resultados apresentam-se de acordo com a distribuição dos seguintes quesitos: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade do mobiliário e equipamentos, acessibilidade comunicacional, acessibilidade à informação, acessibilidade metodológica, acessibilidade instrumental, acessibilidade programática e acessibilidade atitudinal. Ao final de cada análise são apresentadas sugestões de ações para ampliar a acessibilidade da biblioteca.

4.1 Acessibilidade arquitetônica

A acessibilidade arquitetônica deve promover a facilidade de locomoção com segurança, conforto e independência. De acordo com Sasaki (2005, p. 5), a acessibilidade arquitetônica compreende “um espaço sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos.” Neste quesito foram observados o entorno da biblioteca, o estacionamento, entrada da biblioteca, os espaços internos, pisos, a utilização de capachos, forrações, carpetes e tapetes, os desníveis, degraus e escadas fixas, rampas, corrimãos, corredores e sanitários.

4.1.1 Entorno da Biblioteca

O sistema de transporte coletivo que atende a ESEF é formado pela linha 340 – Jardim Botânico da empresa Unibus e pelas linhas de lotação 03.3 – Jardim Botânico/Jardim do Salso e 30.3 – Santana. A linha de ônibus conta com veículos adaptados que circulam em horários específicos (Fotografia 1) . Já as linhas de lotação não possuem este serviço até o presente momento, porém a empresa que atende a linha Santana já conta com os veículos adaptados que aguardam a liberação da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) para entrar em circulação (MACHADO, 2011).

Fotografia 1 – Transporte coletivo adaptado.

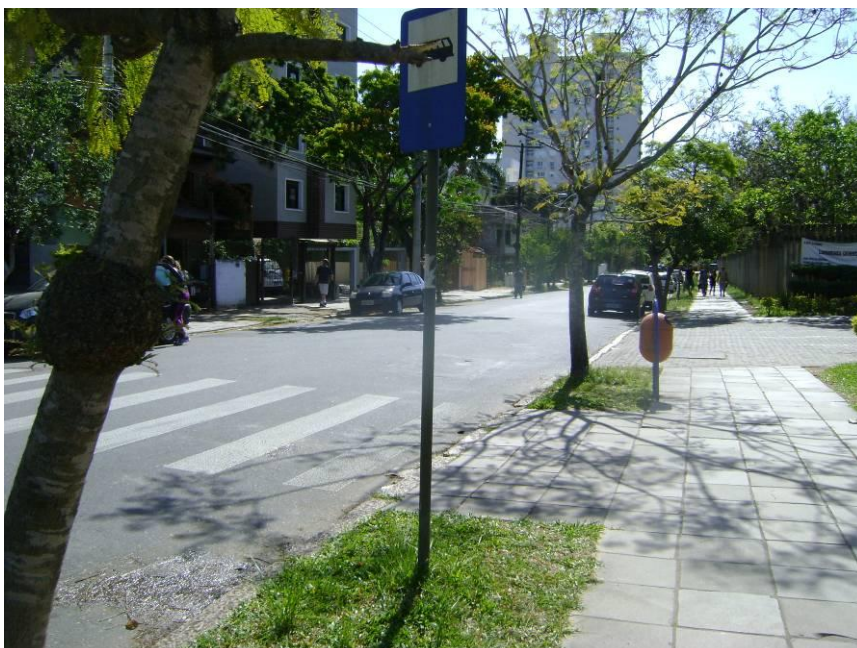


Fonte: autora.

O trajeto do desembarque sentido centro-bairro não possui rebaixamento na calçada para travessia na faixa de segurança (Fotografias 2 e 3), o calçamento é irregular, existem plantas e lixeiras na rota e para entrar no *campus* os pedestres têm que atravessar a rua de acesso para carros e não existe faixa de travessia de pedestres neste local. Também não existe padronização entre as calçadas. A NBR 9050/2004 recomenda que as calçadas devem ser rebaixadas junto às travessias de pedestres sinalizadas com ou sem faixa, com ou sem semáforo. Não deve ter desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável e deve ser garantida uma faixa livre no passeio, além do espaço ocupado pelo rebaixamento, de no mínimo 80 cm, sendo recomendável 1,20 m (ASSOCIAÇÃO..., 2004).

Assim como na ESEF, as empresas de ônibus que atendem o Campus do Vale disponibilizam, em horários específicos, ônibus adaptados à acessibilidade (EMMANUELLI, 2009). Pode-se observar que mesmo que sejam poucos horários disponíveis, os alunos dispõem de serviço acessível para se deslocar até seus campi.

Fotografia 2 – Embarque/desembarque transporte coletivo



Fonte: autora.

Fotografia 3 – Travessia com faixa sem rebaixamento de calçada.

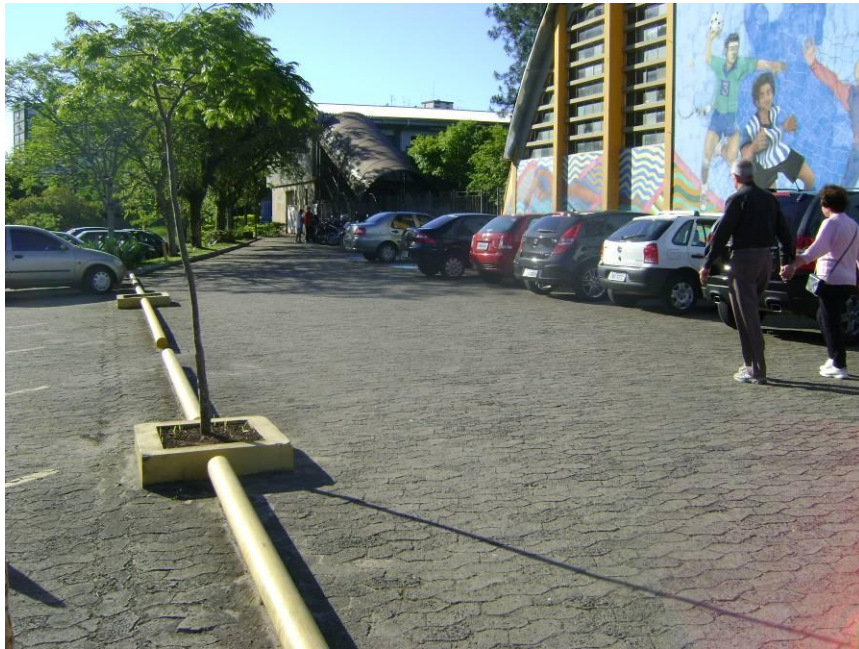


Fonte: autora.

Não existe faixa para pedestres da entrada principal do *campus* até a biblioteca. O acesso é feito pela área de estacionamento dos carros. Este trajeto possui como barreiras, árvores, traves delimitando a área do estacionamento e calçamento irregular (Fotografia 4). A partir deste local, existem três rotas que dão acesso à biblioteca e nenhuma delas é uma rota considerada acessível. Uma das rotas segue pelo estacionamento, o que torna um acesso perigoso; esta rota possui rebaixamento na calçada, com duas barras amarelas na frente do rebaixo com largura entre elas de 1,04m e na lateral entre ela e o meio fio de 1,17m, sendo que a largura indicada é de no mínimo 1,20m onde o fluxo é igual ou inferior a 25 pedestres/min/m, este rebaixamento não está sinalizado e não possui abas laterais (Fotografia 5). A rota possui calçamento irregular, presença de grama, lixeira, orelhões, além de diversos tipos de calçamento.

De acordo com a NBR 9050/2004, as calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres devem incorporar faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m e altura livre mínima de 2,10. As faixas livres devem ser completamente desobstruídas e isentas de interferências, tais como vegetação, orla de árvores ou jardineiras, ou qualquer outro tipo de interferência ou obstáculo que reduza a largura da faixa livre. Obstáculos aéreos como marquises, faixas e placas de identificação, toldos, luminosos, vegetação e outros, devem se localizar a uma altura superior a 2,10m (ASSOCIAÇÃO..., 2004).

Fotografia 4 – Acesso sem faixa para pedestres.



Fonte: autora.

Fotografia 5 – Rebaixamento de calçada com interferência.



Fonte: autora.

O outro acesso é pela parte superior do estacionamento, possui escada sem corrimãos e sem sinalização, possui calçamento próprio para pedestres, porém é um

percurso muito cheio de voltas e inclinado, apresenta calçamento irregular e tampas de caixas coletoras em diversas partes do percurso.

O terceiro acesso foi considerado mais apropriado pela autora e pela bibliotecária que acompanhou o levantamento, por ser a rota mais direta, plana e no mesmo nível do estacionamento, o que proporciona maior segurança para o deslocamento em cadeira de rodas ou para pessoa que utilize acessório de mobilidade, como bengala, bastões, cão-guia, andadores. Esta rota possui menos barreiras, piso mais estável e nivelado em consideração aos outros acessos, porém conta também com diversos tipos de interferências, como pilares, muretas, grades, rampas, tampas não niveladas, plantas e desníveis, existe um portão de 1,04m e outro de 0,76 m, corredor com largura de 1,77 m. Há faixa para pedestres não acessível até a entrada da biblioteca e esta não possui sinalização. Existe no trajeto uma rampa (Fotografia 6) que não possui a inclinação dentro dos limites estabelecidos pela NBR 9050/2004, não é sinalizada e não possui guia de balizamento na lateral direita (no sentido entrada do *campus* para a biblioteca). De acordo com a NBR 9050/2004, quando não houver paredes laterais, as rampas devem incorporar guias de balizamento com altura mínima de 5 cm (ASSOCIAÇÃO..., 2004). Tal como constatado na pesquisa de Emmanuelli (2009) sobre o Campus do Anel Viário, o Campus da ESEF também necessita de percurso livre de obstáculos.

Fotografia 6 – Vista da parte superior da rampa.



Fonte: autora.

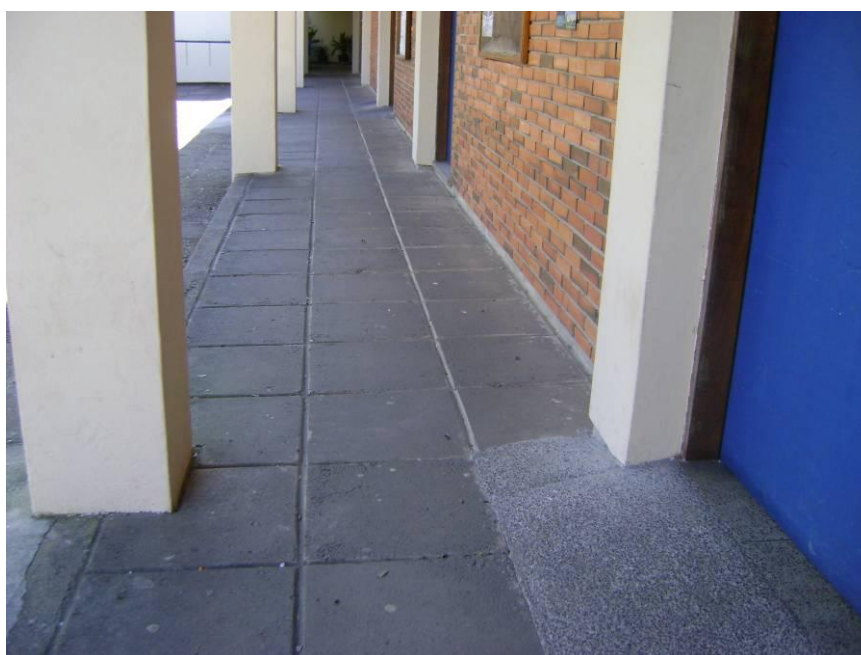
O acesso ao prédio onde se localiza a biblioteca é feito através de dois portões de 0,91m de largura com rampa com desnível, irregular e com inclinação fora do estabelecido na norma (Fotografia 7). A partir do portão, o acesso é feito através de um corredor de 0,80m na sua menor largura (Fotografia 8), possui piso irregular, pilares, rampas com desníveis e fora das normas de acessibilidade ou pelo pátio, que também possui piso irregular e diversas barreiras como bancos, lixeiras e vasos de plantas.

Fotografia 7 – Rampa de acesso ao prédio da biblioteca



Fonte: autora.

Fotografia 8 – Corredor de acesso à biblioteca.



Fonte: autora.

Visando o acesso livre de barreiras sugere-se instalação nos pontos de ônibus de sinalização tátil, de alerta e direcional ao longo do meio-fio, rebaixamento e sinalização na calçada de acesso à faixa de segurança. Instalação de faixa de travessia elevada para pedestres no acesso para carros localizado na entrada do *campus*, implantação de rota acessível, com faixa livre com largura de no mínimo 1,20 m (recomendável 1,50), de preferência coberta, da entrada do *campus* até a biblioteca. Recomenda-se a colocação de piso com superfície regular, estável, antiderrapante e sinalizado. Evitar nesta faixa a presença de vegetação que possam comprometer a circulação de pessoas com deficiência visual ou baixa visão. Desobstruir, sinalizar e instalar corrimãos e guia de balizamento nas rampas existentes.

4.1.2 Estacionamento da biblioteca

A biblioteca não possui estacionamento próprio, é utilizado o estacionamento do *campus* para atender os usuários. O estacionamento próximo à biblioteca possui duas vagas para deficientes, estando de acordo com o estabelecido pela NBR 9050/2002, que prevê uma vaga para número total de 11 a 100 vagas do estacionamento. As vagas reservadas ficam próximas à rota considerada a mais apropriada, possuem sinalização horizontal pintada no piso (Fotografia 9) e sinalização vertical. Estas vagas estão situadas em piso plano e contam com espaço adicional de circulação. Observa-se a necessidade de sinalizar a faixa adicional para circulação de cadeiras de rodas para garantir manobra e segurança para o embarque/desembarque de pessoas deficientes.

Fotografia 9 – Sinalização horizontal de vaga para pessoas com deficiência.



Fonte: autora.

4.1.3 Entrada da biblioteca

A entrada na biblioteca possui uma porta que dá acesso ao prédio e uma porta principal da biblioteca. Estas duas portas são de vidro e não existe sinalização informando o elemento arquitetônico vidro, elas não apresentam condições para abrir com um único movimento. A porta da entrada do prédio possui mola e a porta principal da biblioteca possui duas folhas de 76 cm cada. Como uma das folhas permanece trancada, a medida do vão não permite passagem em cadeira de roda. O usuário em cadeira de rodas necessita de auxílio de um funcionário para abrir a porta permitindo, somente desta forma, o acesso à biblioteca. Para que as pessoas se sintam incluídas é necessário que elas possuam autonomia para acesso às edificações. As maçanetas das portas não são do tipo alavanca e estão instaladas a 96 cm do piso. Existem degraus nestas duas portas (ver item 4.1.8). O acesso ao espaço interno da biblioteca é feito através de catraca (Fotografia 10), a biblioteca possui ainda uma barra de direcionamento de usuários (Fotografia 11) entre a catraca e o balcão de atendimento com largura de 65 cm entre o balcão e a barra, o que também inviabiliza passagem de cadeira de rodas. Verifica-se no Decreto Federal nº 5.292 (BRASIL, 2004) que umas das condições de acessibilidade é a

utilização, com segurança e autonomia, dos espaços e edificações. As áreas de aproximação das portas possuem área livre apropriada no sentido de entrada e saída da biblioteca.

Quanto à entrada da biblioteca verifica-se que vários itens não seguem os parâmetros de acessibilidade. De acordo com a NBR 9050/2004 (ASSOCIAÇÃO..., 2004) as portas devem ter vão livre mínimo de 80 cm e, em caso de portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma deve ter o vão livre de 80 cm, em portas de vidro deve existir sinalização de alerta, os degraus devem estar associados a uma rampa acessível e sinalizados e quando existirem catracas, estas devem ser acessíveis.

Fotografia 10 – Catraca existente na entrada da biblioteca.



Fonte: autora.

Fotografia 11 – Barra existente na entrada da biblioteca.



Fonte: autora.

Como solução para a acessibilidade no acesso à biblioteca, sugere-se colocação de rampa nos degraus, instalação de corrimãos junto às rampas, modificar o sistema das portas para que possam ser abertas com um único movimento com a utilização dos dois vãos, retirada da catraca ou a criação de uma entrada alternativa acessível, sinalizar os espaços acessíveis e o elemento arquitetônico vidro presente nas portas.

Assim como a biblioteca da ESEF, as bibliotecas do Campus do Vale não possuem requisitos de acessibilidade para acesso à biblioteca. Todas bibliotecas apresentam portas com medidas inferiores às estabelecidas pela NBR 9050/2004, não permitindo, desta forma acesso de pessoas em cadeira de rodas aos espaços internos da biblioteca.

4.1.4 Espaços internos da biblioteca

Na entrada de acesso da biblioteca, os contrastes excessivos são evitados nos níveis de iluminação, o que facilita a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão. Não existe nenhum estudo ou projeto referente à iluminação na biblioteca,

portanto, este quesito é casual. A biblioteca dispõe de comandos individuais de controle de iluminação artificial para seus diferentes ambientes. A biblioteca atende parcialmente o requisito de área livre para circulação de uma pessoa com largura mínima de 1,20 m e para duas pessoas de 1,80 m – parte da biblioteca dispõe desta área de circulação. A área livre que permite manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 90° e 180° existe em alguns espaços, mas não em toda área da biblioteca. Para este mesmo tipo de manobra com deslocamento, a biblioteca possui uma área bem mais restrita. A biblioteca não dispõe de rota acessível interligando o acesso de usuários a todos os seus espaços e setores e a distribuição do seu mobiliário não favorece o contato visual entre as pessoas. As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de pessoas com acessórios de mobilidade em apenas alguns pontos da biblioteca e a organização interna dos espaços não é claramente perceptível (Fotografia 12). As sinalizações visuais existentes em áreas de circulação estão instaladas a uma altura mínima de 2,10 m do piso, não existe sinalização de zonas não acessíveis.

A altura das tomadas elétricas não está entre 40 cm a 1m, conforme a norma e o quadro de luz se encontra a 1,20 m do piso. Parte dos armários da biblioteca tem entre 40 cm a 1,20 m de altura e o guarda-volumes tem altura maior, porém existem compartimentos dentro dessa medida, possibilitando acesso aos usuários em cadeira de rodas ou com outro tipo de deficiência. Não existe bebedouro na biblioteca, existe um bebedouro não acessível no prédio da biblioteca. A biblioteca não dispõe de telefone público para os usuários. Existe a estrutura de orelhões próximos à biblioteca, mas os mesmos não oferecem os telefones públicos, são elementos meramente decorativos. Desta forma, não existe telefone público no Campus da ESEF.

Como sugestão para acessibilidade nos espaços internos sugere-se instalação de telefone público e de bebedouros de forma que permitam o uso por pessoas deficientes na área próxima à biblioteca, prever rota acessível em todos espaços da biblioteca que permitam manobra em cadeira de rodas.

Fotografia 12 – Espaço interno da biblioteca.



Fonte: autora.

4.1.5 Pisos

O piso da biblioteca possui superfície regular, firme e estável, o que proporciona segurança para circulação de pessoa em cadeira de rodas; o piso é opaco o que favorece para que não ocorram reflexos excessivos e contrasta com a cor das paredes, não apresenta estampas ou contraste de cores, porém não é antiderrapante, o que possibilita quedas de pessoas com mobilidade reduzida. Neste quesito, recomenda-se instalação de piso antiderrapante.

4.1.6 Capachos, forrações, carpetes e tapetes

A NBR 9050/2004 recomenda que os tapetes devem ser evitados em rotas acessíveis. Com relação a este quesito, a biblioteca atende a recomendação, pois não existem capachos, forrações, carpetes e nem tapetes na biblioteca (ASSOCIAÇÃO..., 2004).

4.1.7 Desníveis

Encontramos no percurso do embarque/desembarque de ônibus ou carro até a biblioteca desníveis no calçamento, nas tampas de caixas de inspeção, nas rampas de acesso ao prédio da biblioteca. De acordo com a NBR 9050/2004, desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis, as tampas de caixas de inspeção devem estar niveladas com o piso e devem ser firmes, estáveis e antiderrapante em qualquer condição e sinalizadas (ASSOCIAÇÃO..., 2004).

Para resolver os problemas relativos à acessibilidade quanto aos desníveis recomenda-se nivelar o piso da rota principal, modificar o local da caixa de inspeção existente e, se não for possível, nivelar a tampa da mesma.

4.1.8 Degraus e escadas fixas

Os degraus e patamares da escada localizada na rota de acesso da biblioteca atendem às condições de dimensionamento, mas não tem corrimãos instalados e não há qualquer tipo de sinalização.

O acesso à biblioteca possui um degrau de 3 cm na entrada do prédio da biblioteca e outro degrau de 7 cm na entrada principal da biblioteca (Fotografia 13). De acordo com a NBR 90050/2004 a dimensão dos degraus isolados deve ser inferior a 18 cm e superior a 16 cm, portanto, estão em desacordo com a norma. Não existe sinalização nos degraus, não estão associados a nenhum tipo de rampa acessível e não possuem corrimãos. Conforme a norma, degraus e escadas fixas em rotas acessíveis devem estar associados à rampa ou ao equipamento de transporte vertical, devem ser instalados corrimãos em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas. Todo degrau ou escada deve ter sinalização visual na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo entre 2 e 3 cm de largura. A sinalização tátil de alerta deve ser instalada perpendicularmente no sentido do deslocamento no início e término de escadas fixas em cor contrastante com a do piso.

Fotografia 13 – Degrau na entrada da biblioteca.



Fonte: autora.

Para evitar que as escadas e degraus sejam barreiras para usuários com dificuldade de locomoção, deve-se associá-los a rampas, instalar corrimãos, sinalizando-os. No Campus do Vale, tal qual o Campus da ESEF, nem todas as escadas estão associadas a rampas, não atendem os parâmetros estabelecidos na norma, dificultando a acessibilidade.

4.1.9 Rampas

A rota que segue pelo estacionamento possui rampa com inclinação dentro dos parâmetros da NBR 9050/04, porém não está sinalizada. Existe uma rampa na rota considerada mais apropriada ao acesso da biblioteca (ver Fotografia 5) e mais duas rampas na entrada do prédio da mesma (Fotografia 7). A primeira rampa tem a largura recomendada para o fluxo de pessoas que circulam no local, mas não apresenta a inclinação recomendada pela NBR 9050/2004. As outras duas não possuem a largura e nem a inclinação recomendada e são irregulares, o que torna sua utilização insegura. A inclinação das rampas foi calculada pela pesquisadora e pela bibliotecária Cíntia Fonseca através da equação informada na NBR 9050/2004, onde a inclinação, em porcentagem, é igual a altura do desnível multiplicado por cem e dividido pelo comprimento da projeção horizontal. A fim de proporcionar conforto e

segurança a todos os usuários, as rampas deverão atender a padrões estabelecidos pela NBR 9050/1994 (ASSOCIAÇÃO..., 1994).

Para tornar o espaço acessível recomenda-se substituir e padronizar as rampas de acesso existentes, obedecendo os parâmetros referentes à largura e inclinação estabelecidos na NBR 9050/2004, a instalação de corrimãos para garantir a mobilidade com segurança e demarcá-las com piso tátil de alerta.

4.1.10 Corrimãos

As escadas e degraus não apresentam corrimãos. Conforme exigência da NBR 9050/2004, os corrimãos devem ser construídos com materiais rígidos, ser firmemente fixados às paredes, barras de suporte ou guarda-corpos, oferecer condições seguras de utilização e ser sinalizados (ASSOCIAÇÃO..., 2004). A presença de corrimãos proporciona autonomia e segurança para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Sugere-se a instalação de corrimão nas rampas e escadas existentes.

4.1.11 Corredores

Os corredores existentes não estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, pois são pequenos para o contingente de alunos, professores e funcionários que transitam na Escola. Ao longo de sua extensão apresentam obstáculos como pilares e escadas (Fotografia 8). De acordo com a NBR 9050/2004 os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são de 90 cm para corredores de uso comum com extensão até 4m e de 1,20m para corredores de uso comum com extensão até 10m e 1,50m para corredores com extensão superior a 10 m (ASSOCIAÇÃO..., 2004). Como sugestão de acessibilidade propõe-se que seja realizado um estudo para retirada de obstáculos e ampliar a largura dos corredores para que permitam circulação com segurança do fluxo de pessoas que utilizam o local e também a passagem de pessoas em cadeira de rodas.

4.1.12 Sanitários

A biblioteca não dispõe de sanitários para os usuários. Os sanitários que atendem a área da biblioteca estão próximos à circulação principal do prédio onde está localizada a biblioteca, porém não dispõem dos requisitos mínimos de acessibilidade. Possuem degraus no acesso principal e as portas existentes não têm a largura mínima recomendada.

É importante a instalação de sanitários adequados ao uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Os sanitários acessíveis devem localizar-se em locais acessíveis, próximos à circulação principal e obedecer aos parâmetros da NBR 9050/2004 referentes às áreas de circulação, instalações de equipamentos e acessórios. Algumas soluções podem ser adotadas para promover a acessibilidade dos sanitários próximos à biblioteca a fim de permitir o uso com autonomia por pessoas deficientes. Entre estas soluções sugere-se a instalação de rampa de acesso com corrimãos, substituição das portas adotando as medidas recomendadas na NBR 9050/2004 que permitam acesso de cadeira de rodas, a instalação de equipamentos e acessórios como barras de apoio, box para bacia sanitária com previsão de área para a transferência e que garanta manobra em cadeira de rodas. Deve-se observar a altura recomendada para a instalação dos equipamentos e os lavatórios devem prever área de aproximação frontal. Foi constatado na pesquisa de Emmanuelli (2009) que no Campus do Vale não existem sanitários adaptados acessíveis, e que, além disto, possuem portas com medidas inferiores na estabelecida na NBR 9050/2004 que impossibilitam o acesso de cadeira de rodas.

4.2 Acessibilidade do Mobiliário e Equipamentos

O mobiliário e equipamentos devem oferecer segurança e proporcionar acesso com autonomia e independência através de dimensões e espaços apropriados. Ao se projetar um espaço acessível, deve-se considerar a possibilidade de utilização do mobiliário por todas as pessoas. A seguir são apresentados os quesitos avaliados: balcão de atendimento ao usuário, mesas ou superfícies para trabalho, leitura e/ou estudo, computadores/terminais de consulta e estantes.

4.2.1 Balcão de atendimento ao usuário

O balcão de atendimento ao usuário não está localizado em rota acessível, não possui trecho em sua longitude que permita contato visual entre o usuário em cadeiras de rodas ou pessoas de baixa estatura e crianças com o bibliotecário/auxiliar e também não apresenta módulo que permita aproximação de pessoas em cadeira de rodas. A parte superior do balcão de atendimento é livre de barreiras e apresenta revestimento opaco.

De acordo com a NBR 9050/2004 (ASSOCIAÇÃO..., 2004), os balcões de atendimento devem possuir uma superfície de no mínimo 90 cm com altura máxima de 90 cm do piso que possibilite alcance de pessoas em cadeira de rodas ou baixa estatura. O balcão deve permitir ainda aproximação frontal, para isso a norma prevê que ele deve possuir altura inferior de no mínimo 73 cm do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 30 cm.

Os mobiliários da biblioteca devem permitir a acessibilidade e o balcão de atendimento tem um papel importante, já que se localiza no local onde acontece o primeiro contato da biblioteca com o usuário. Sugere-se que o balcão situe-se em rota acessível (para isto é necessário adaptar a entrada da biblioteca), e modificar altura de uma parte do balcão existente num vão de no mínimo 90 cm a fim de permitir a visualização e aproximação frontal de pessoa em cadeira de rodas.

Com relação ao mobiliário, as bibliotecas do Campus do Vale não oferecem condições de acessibilidade. Como na biblioteca da ESEF, o balcão de atendimento não permite visualização entre usuário e atendente ou bibliotecário e também não possibilita aproximação frontal para usuário em cadeira de rodas.

4.2.2 Mesas ou superfícies para trabalho, leitura e/ou estudo

As mesas para trabalho, leitura e/ou estudo estão localizadas em rota acessível, porém não estão distribuídas por todo espaço. As mesas permitem a aproximação frontal completa e possuem altura e posição acessíveis e confortáveis, apresentam revestimento opaco, o que evita reflexos que possam prejudicar o equilíbrio sensorial de pessoas com baixa visão. As mesas não apresentam arredondamentos dos ângulos, o que pode ocasionar acidentes. Parte das estações de consulta não possui a altura recomendada pela NBR 9050/2004, impossibilitando

o acesso de pessoas em cadeira de rodas, de baixa estatura e de crianças, o que torna este quesito parcialmente atendido.

As cadeiras utilizadas na área de estudo e leitura, apesar de não serem fixas ao chão, não são flexíveis ao deslocamento por serem muito pesadas e também não são reguláveis, o que dificulta que a autonomia do usuário com algum tipo de deficiência.

As mesas e superfícies de trabalho devem estar adequadas para que o usuário da biblioteca se sinta integrado. Como sugestão para melhorar a acessibilidade recomenda-se adequar a altura das estações, substituir as cadeiras da área de estudo e leitura por modelos mais leves e arredondar os cantos das mesas de estudo a fim de evitar acidentes.

4.2.3 Computadores/Terminais de consulta

A biblioteca conta com terminais de consulta e acesso à internet que possibilitam a consulta por usuários em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida dentro do parâmetro estabelecido, contam com computadores com tela, torre e periféricos flexíveis, podendo aproximar a tela e substituir equipamentos por outros a fim de atender as necessidades dos usuários. O terminal de consulta na entrada da biblioteca não está na altura adequada (Fotografia 14), a biblioteca disponibiliza de terminais acessíveis, porém não conta com nenhum computador que disponha de recursos como ampliadores de tela, lupas eletrônicas, *softwares* leitores, simuladores de teclado e de mouse específicos para uso por surdos, cegos e deficientes físicos.

Fotografia 14 – Terminal de consulta.



Fonte: autora.

O trabalho de Emmanuelli (2009) constatou que das nove bibliotecas do Campus do Vale, apenas uma apresenta condições físicas para a acessibilidade digital, os computadores não apresentam programas com *interfaces* digitais, desta forma, assim como a biblioteca da ESEF, não está preparada para atender usuários como deficientes visuais e auditivos.

4.2.4 Estantes

O requisito referente à distância entre as estantes dos livros é parcialmente atendido. A distância entre elas é variada, alguns corredores são inferiores ao mínimo de 90 cm de largura e outras possuem a largura entre 1,03 m a 1,38 m. De acordo com a NBR 9050/2004, algumas destas medidas possibilitam a manobra de cadeiras de roda sem deslocamento com rotação de 90° e o deslocamento em linha reta de um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas, mas não permitem nenhum outro tipo de manobra (ASSOCIAÇÃO..., 2004). A altura das estantes não atende as dimensões referenciais para alcance manual. Sugere-se para ampliar a acessibilidade da biblioteca aumentar a distância entre as estantes a fim de permitir

manobra em cadeira de rodas e a instalação de estantes que permitam o alcance manual de pessoas em cadeira de rodas. Aconselha-se instalação das estantes dentro das recomendações da NBR 9050/2004 (alcance máximo confortável de 1,20 m e alcance máximo eventual de 1,30m).

4.3 Acessibilidade comunicacional

Para que exista a acessibilidade comunicacional é necessário que se utilize os diferentes meios de comunicação (visuais, sonoros, táteis) que possibilitem a compreensão de usuários com dificuldade de audição, visão, cognição ou estrangeiros. Tem por objetivo disponibilizar as informações essenciais, espaços ou equipamentos tornando sem barreiras a comunicação interpessoal. A seguir são apresentados os quesitos apresentados: sinalização dos espaços e serviços da biblioteca, considerações sobre a sinalização tátil, considerações sobre a sinalização sonora, considerações sobre a sinalização visual e sinalização dos espaços e serviços acessíveis da biblioteca.

4.3.1 Sinalização dos espaços e serviços da biblioteca

Os espaços internos e externos da biblioteca não possuem sinalização adequada que identifique locais acessíveis para pessoas com algum tipo de deficiência. De acordo com Mazzoni e colaboradores (2001, p. 32) “os ambientes que prestam atendimento ao público devem disponibilizar sistemas de sinalização para que as pessoas se desloquem da forma mais autônoma possível.”.

Foi identificada nos espaços internos da biblioteca, sinalização informativa na sua entrada referente ao horário de funcionamento da biblioteca e outras informações imprescindíveis; a área de recepção e atendimento está indicada através de painéis informativos e conta também com sinalização temporária para indicar informações provisórias. As informações na lombada dos livros, como número de chamada, estão representadas de acordo com as considerações sobre sinalização visual, mas não atendem o requisito referente à sinalização tátil. A biblioteca não dispõe de nenhum símbolo internacional de acesso que indique os serviços e identifique espaços onde existam elementos acessíveis ou utilizáveis por

peças deficientes ou com mobilidade reduzida. A biblioteca não dispõe de sinalização de emergência.

Com relação aos espaços externos, existe uma sinalização visual direcional vertical indicando a direção da biblioteca (Fotografia 15); esta placa não está localizada na entrada do *campus*, não guia o usuário até seu destino e também não indica a rota mais apropriada para pessoas em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida. Existe também no ambiente externo sinalização horizontal indicativa de reserva de vaga para veículos que conduzem ou são conduzidos por pessoas com deficiência. A biblioteca não disponibiliza de sinalização tátil, sinalização em Braille, não apresenta piso tátil de alerta e sinalização direcional nos rebaixamentos de piso.

Fotografia 15 – Placa indicativa da biblioteca.



Fonte: autora.

Como solução de sinalização sugere-se a instalação de outras placas direcionais e a colocação de faixa de guia tátil para orientar o usuário sobre o caminho da biblioteca, sinalizar as rotas dos espaços internos e padronizar os painéis informativos do mesmo.

Nota-se que como na biblioteca da ESEF há poucos espaços e serviços sinalizados nas bibliotecas do Campus do Vale. Nenhuma das bibliotecas estudadas por Emmanuelli (2009) apresenta sinalização de emergência e seis delas não

apresentam nenhum tipo de sinalização para auxiliar o usuário na orientação dos espaços físicos.

4.3.2 Considerações sobre a sinalização tátil

A biblioteca não dispõe de sinalização tátil. De acordo com a NBR 9050/2004, a sinalização tátil é realizada através de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo. Deve ser utilizada para sinalizar portas e batentes, corrimãos, obstáculos suspensos, rebaixamentos de calçadas, portas de elevadores, desníveis, rebaixamentos de calçadas, faixas de travessias e ponto de ônibus. Esta sinalização poderia ser utilizada nas dependências da biblioteca para sinalizar a existência de degrau, orientar o usuário nos espaços e serviços e estar conjugadas às informações essenciais (ASSOCIAÇÃO..., 2004). Para ampliar o acesso e autonomia dos usuários com as diferentes características aconselha-se a sinalização em Braille das informações e das etiquetas das lombadas dos livros da biblioteca.

4.3.3 Considerações sobre a sinalização sonora

Não existe sinalização sonora na biblioteca. Conforme a NBR 9050/2004, ela é realizada através de recursos auditivos (ASSOCIAÇÃO..., 2004). Apesar de este ser um requisito da NBR 9050/2004, sabe-se do alto custo deste tipo de sinalização e, portanto, presume-se a dificuldade de instalação do mesmo em uma biblioteca.

4.3.4 Considerações sobre a sinalização visual

A sinalização visual da biblioteca não atende aos requisitos de informações visuais por pessoas com baixa visão, a dimensão da sinalização não está associada aos ângulos de alcance visual de acordo com a NBR 9050/2004. A norma apresenta ângulos visuais nos planos verticais (pessoas em pé e sentada) e horizontal que correspondem à área de visão. Não existe sinalização visual associada a caracteres em relevo e associadas em linguagem *Braille*. Estas sinalizações são dirigidas às pessoas com baixa visão, para pessoas que ficaram cegas recentemente ou que ainda estão sendo alfabetizadas em Braille (ASSOCIAÇÃO..., 2004).

As informações da biblioteca não estão associadas a sinalização direcional, não existe sinalização de emergência. Os sinais de instrução e de identificação não seguem nenhum padrão e critérios estipulados na NBR 9050/2004. Na sinalização da biblioteca são utilizados diversos tipos de materiais como papel, placas de madeira e acrílico. As fontes utilizadas também não obedecem nenhum padrão, há utilização em algumas peças de todas fontes em caixa alta, o que dificulta a leitura. As figuras não são facilmente identificadas. A norma recomenda que as informações visuais devem seguir premissas de textura, dimensionamento e contraste de cor dos textos e figuras para que sejam perceptíveis por pessoas com baixa visão (ASSOCIAÇÃO, 2004). Como ponto positivo constatou-se que existe contraste de cor com relação à fonte e o fundo da peça de algumas sinalizações, mas estas não foram resultado de estudo sobre o assunto.

Para melhorar os requisitos com relação à sinalização visual abordados nesta seção, sugere-se uniformizar as placas de sinalização e utilizar material, fontes e cores que contrastantes de acordo com a NBR 9050/2004. Estas informações devem ser associadas a caracteres em relevo e em linguagem *Braille*. A instalação deve considerar a altura que permita alcance visual para pessoas em pé ou em cadeira de rodas baseando-se nos padrões determinados na NBR 9050/2004. Um funcionário habilitado em Libras poderia complementar a sinalização visual desvendando as questões impostas pelos usuários com deficiência auditiva.

4.3.5 Sinalização de espaços e serviços acessíveis da biblioteca

A biblioteca não dispõe de espaços e serviços acessíveis, portanto não se aplica a análise desta seção. O espaço acessível é o espaço que pode ser percebido e utilizado em sua totalidade por todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. (ASSOCIAÇÃO..., 2004). Na existência destes espaços é importante que estes sejam sinalizados. Sugere-se a instalação de espaços e serviços acessíveis

4.4 Acessibilidade à Informação

O catálogo informatizado da biblioteca apresenta acessibilidade digital aos usuários, com ferramentas de busca de informação acessíveis aos usuários, com

ferramentas de busca de informação acessíveis por leitora de tela, possibilidade de inversão de cores e ampliação da tela. Os serviços de atendimento ao usuário para consulta e resposta apresentam múltiplos meios de comunicação como correio eletrônico, fax, telefone e atendimento *online* via Internet. A NBR 9050/2004 (ASSOCIAÇÃO..., 2004) recomenda que as bibliotecas possuam publicações em *Braille*, ou outros recursos audiovisuais. A biblioteca da ESEF conta com bibliotecárias que dominam outro idioma, o que amplia a acessibilidade comunicacional do centro de informação. Como sugestão para ampliar o acesso à informação, sugere-se a inclusão na lista de aquisição da biblioteca de publicações em Braille, a aquisição de tecnologias assistivas e utilizar os recursos disponíveis na Web.

4.5 Acessibilidade metodológica

O serviço de Referência e Informação e a orientação dos usuários são realizados considerando as diferentes necessidades que os usuários podem apresentar. Neste serviço, as necessidades especiais não influenciam na elaboração da questão inicial, a orientação à normatização de trabalhos acadêmicos é prestada de forma prática permitindo aos usuários autonomia para normalizar seus trabalhos. A capacitação dos usuários no acesso e uso da informação através de computadores ocorre de forma adequada às diversas necessidades especiais que os usuários podem apresentar, de acordo com a bibliotecária entrevistada. A bibliotecária estuda LIBRAS e está em reciclagem para ler e escrever *Braille*. Como sugestão para acessibilidade metodológica na Biblioteca Edgar Sperb, sugere-se treinamento e capacitação de outros funcionários para auxiliar usuários que apresentem deficiências visuais, aquisição de material em Braille e outros recursos auditivos. Das nove bibliotecas do Campus do Vale estudadas por Emmanuelli (2009), apenas duas possuem profissional capacitado para atender e desenvolver atividades com deficientes visuais, o que demonstra que tanto a biblioteca da ESEF e as bibliotecas do Campus do Vale precisam de medidas para ampliar a acessibilidade metodológica.

4.6 Acessibilidade instrumental

Os teclados utilizados na biblioteca apresentam destaque nas teclas de referência, alfanuméricas e calculadora. Os monitores dos computadores destinados aos usuários apresentam tela de 17" o que possibilita a configuração da tela para a obtenção de ampliações maiores do conteúdo e alguns apresentam suporte para elevação permitindo que a tela seja posicionada na altura da linha mediana da visão do usuário. Apesar da biblioteca não ter atendido nenhum usuário com baixa visão, ela disponibiliza processadores de textos com aumento do *zoom* da fonte e do espaçamento a fim de auxiliá-los e a equipe da biblioteca também para ajustar as configurações do ambiente operacional do computador, como *mouse*, teclado.

Para soluções de acessibilidade recomenda-se a busca junto à instituição maior de subsídios financeiros que possibilitem o acesso às tecnologias disponíveis no mercado, equipar-se de equipamentos e de programas como ampliadores de tela, sintetizadores de voz, impressoras e conversores *Braille*, promover e utilizar os serviços oferecidos pelo Programa Incluir que oferece para todos alunos da UFRGS que necessitam de atendimento especial, recursos como adaptação de material didático, serviço de leitor/ transcritor, serviço de guia, tradutor-intérprete de LIBRAS, disponibiliza *softwares* leitores, ampliadores de tela e lupas eletrônicas e a orientação para o uso dos mesmos. Outra sugestão simples é utilizar as "Opções de Acessibilidade" do Windows que permitem modificar as configurações do computador do computador, adaptando-o a diferentes necessidades dos usuários.

4.7 Acessibilidade programática

O regulamento da biblioteca apresenta flexibilidade de modo que a equipe possa realizar ações necessárias à acessibilidade, embora estas não estejam previstas no regulamento. A política de desenvolvimento de coleções, consoante à legislação vigente, prevê a aquisição gradual dos conteúdos básicos do acervo, a fim de facilitar os procedimentos de transcrição dos documentos para formatos acessíveis. Está previsto no plano orçamentário da instituição mantenedora recursos para a implementação de acessibilidade no contexto da biblioteca. De acordo com Sasaki (2005, p. 5) a acessibilidade programática sugere a inexistência de barreiras

invisíveis integradas em políticas públicas (leis, decretos, portarias) e normas ou regulamentos (institucionais, empresariais, etc.).

Com relação à acessibilidade programática é importante que a biblioteca contemple em seu regulamento questões referentes à acessibilidade e os serviços oferecidos a fim de eliminar as barreiras implícitas que possam estar contidas e que possam impedir ou dificultar o acesso pleno de todos os usuários.

4.8 Acessibilidade atitudinal

Conforme avaliado, as bibliotecárias da biblioteca Edgar Sperb, atualizam-se sobre a questão da acessibilidade, recorrendo às fontes disponíveis na área, têm conhecimento das organizações não-governamentais de pessoas com limitações físicas, sensoriais e cognitivas. A biblioteca investe na capacitação de todos da equipe de trabalho sobre as diferentes necessidades que as pessoas com limitações físicas, sensoriais e cognitivas podem apresentar no acesso e uso da informação.

A equipe da biblioteca apresenta criatividade na busca de possíveis soluções aos problemas que surgem no acesso e uso da informação pelos usuários, especialmente para os que apresentam necessidades especiais sensoriais e cognitivas. Para exercer a função de atendimento aos usuários, a biblioteca designa funcionários que tenham perfil adequado a essa função. Os funcionários responsáveis pelo atendimento aos usuários acolhem as diferenças de forma natural e sensível com a mesma atenção e respeito dispensado a todos os usuários. No balcão de atendimento, as pessoas deficientes recebem atendimento prioritário, respeitando-se a opção das mesmas quanto a este tipo de atendimento e os funcionários oferecem aos usuários atendimento com naturalidade, sempre que necessário, independente se estes apresentam ou não algum tipo de deficiência e acatam com naturalidade as recusas de ajuda. Acolhem adequadamente os usuários com limitação visual que estejam acompanhados de cão guia, no sentido de permitir o ingresso e a permanência do animal no local. Caso ocorra visita de pessoa com limitação visual e desacompanhada, a biblioteca dispõe de um funcionário como guia humano que acompanhe nos espaços internos, descrevendo e orientando sobre o ambiente. Os funcionários da biblioteca acolhem adequadamente pessoas com baixa visão, auxiliando-as se necessário e a pedido. A biblioteca dispõe de um funcionário que está em formação para ser intérprete de

LIBRAS, este funcionário também está se reciclando a fim de “ler e escrever” *Braille* e capacitado para leitura labial de surdos oralizados (articulador orofacial). A biblioteca está sempre aberta para que os usuários emitam sugestões e críticas aos produtos e serviços da biblioteca e dispõe de um Blog para esta finalidade.

Como sugestão para ampliar a acessibilidade atitudinal, recomenda-se a capacitação e treinamento da equipe da biblioteca, manter a equipe atualizada e informada sobre a questão da acessibilidade a fim de sensibilizar e conscientizar os funcionários para conviver na diversidade e possam identificar as diferentes necessidades que as pessoas deficientes podem apresentar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se analisarmos o meio urbano, constatamos que a arquitetura não é projetada pensando nas diferentes necessidades das pessoas. A presença de barreiras arquitetônicas como buracos, calçamentos irregulares, telefones públicos não sinalizados são apenas alguns dos elementos que encontramos que impedem a locomoção com segurança. As barreiras informacionais também são impedimentos e criam barreiras sociais. Verifica-se a existência destas barreiras nas universidades e pouco é realizado no sentido de tornar seus espaços acessíveis.

Através da avaliação realizada na Biblioteca Edgar Sperb pode-se constatar as condições de acessibilidade física e informacional oferecidas aos usuários da biblioteca. Desta forma, o presente trabalho alcançou seus objetivos. A partir do estudo efetivado concluiu-se que a biblioteca e seu entorno não oferecem condições de acessibilidade para seus usuários.

Ao realizar o estudo percebe-se que os espaços não foram projetados a fim de atender pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e que existem muitas barreiras que dificultam a mobilidade e o acesso dos usuários. O prédio da biblioteca foi construído da biblioteca em 1986, época que não havia muita informação referente ao assunto e preocupação de construir edificações acessíveis. Na análise da prática de acessibilidade, foram encontrados problemas já no acesso ao *campus*. Embora a Escola seja servida por transporte coletivo adaptado, o trajeto do ponto do ônibus até a entrada do *campus* apresenta diversas interferências. Através do levantamento dos espaços externos concluiu-se que estes não possuem critérios mínimos de acessibilidade estabelecidos na NBR 9050/2004. Foram detectados problemas como a rota de acesso aos prédios do *campus*, que é realizada pelo estacionamento e não apresenta faixa para pedestres. Durante o trajeto até a biblioteca verificaram-se diversas barreiras como árvores, calçamento irregular, jardineiras, lixeiras, falta de sinalização, o que demonstra o desinteresse de tornar o ambiente acessível. As escadas e degraus existentes no trajeto não estão associados à rampa e não possuem corrimãos e os sanitários próximos à biblioteca e os bebedouros não são acessíveis.

No levantamento dos espaços internos, pode-se constatar que a biblioteca não está preparada para atender usuários com algum tipo de deficiência. A entrada da biblioteca possui degrau sem rampa associada, a porta de acesso tem largura

menor que a recomendada na NBR 9050/2004 e existe, ainda, uma catraca não acessível neste local. Não existe acesso alternativo para entrar na biblioteca. De acordo com a NBR 9050/2004 (ASSOCIAÇÃO..., 2004) estabelece que todas as entradas devem ser acessíveis e desníveis de qualquer natureza devem ser evitados. O mobiliário e equipamentos dispõem de alguns requisitos que permitem o uso por pessoas com necessidades diferenciadas, como cadeiras que podem ser movimentadas, mesas que permitem aproximação frontal, terminais de consulta acessíveis, porém, a disposição dos móveis não permite manobra em cadeira de rodas, as estantes dos livros não promovem alcance manual confortável e não possuem sinalização que permita autonomia dos usuários. A biblioteca carece de sinalização dos seus espaços internos. Nota-se que, apesar desta deficiência com relação à acessibilidade, existe uma preocupação em atender os diversos usuários que podem vir a utilizar a biblioteca. A biblioteca da ESEF não teve ainda a experiência de atender usuários com deficiência, mas busca treinar e capacitar os funcionários para este fim. Os funcionários estão cientes das diferentes necessidades e prontos para atendê-los respeitando estas diferenças. A biblioteca conta no seu quadro com uma bibliotecária que está em formação para atender usuários surdos e cegos.

Para melhorar as condições de acessibilidade sugere-se a adaptação dos sanitários próximos à biblioteca, a instalação de bebedouros acessíveis, as rampas de acesso à biblioteca devem ser substituídas por rampas acessíveis e com instalação de corrimãos, recomenda-se a retirada dos bancos que ficam na área de circulação e oferecem riscos às pessoas em cadeira de rodas, retirada da catraca na entrada da biblioteca e instalação de rampa na porta principal da biblioteca. Outras mudanças necessitam de projeto mais elaborado e maiores recursos financeiros, como a instalação de faixa de travessia elevada para pedestre no acesso para carros que fica localizada na entrada do *campus*, instalação de faixa livre coberta para pedestres da entrada do *campus* até a biblioteca, com piso regular, estável, antiderrapante e com instalação de piso tátil de alerta e direcional, sinalização de rampas e escadas existentes na área externa, mudanças das portas de acesso à biblioteca e instalação de maçanetas do tipo alavanca. Sabemos que as reformas dependem da prioridade que é dada pela instituição maior, então cabe à biblioteca promover ações para amenizar o problema. Algumas medidas como a capacitação da equipe já estão sendo tomadas, mas existem outras soluções possíveis, como

divulgar e dispor dos serviços do Programa Incluir, a aquisição de materiais de baixo custo que viabilizem a acessibilidade, a sinalização da biblioteca dentro dos padrões estabelecidos pela NBR 9050/2004, adotar estantes dos livros com altura confortável para usuário em cadeira de rodas ou baixa estatura e utilizar os recursos informacionais disponíveis.

Com relação à utilização do *checklist*, pode-se constatar que é um instrumento que aborda todos os critérios e parâmetros de acessibilidade que constam na NBR 9050/2004, o que possibilita uma análise criteriosa com relação à acessibilidade. Possui como ponto positivo, ter sido elaborado e pensado para a utilização em bibliotecas. O instrumento refere-se à norma em várias questões, o que faz com que o pesquisador tenha de recorrer a ela a fim de completar sua análise.

Para utilizar o instrumento o pesquisador deve dispor de bastante tempo. Por ser muito longo acabou tornando-se cansativo e muitas vezes confuso e repetitivo. Muitas questões abordadas são retomadas em outros momentos do instrumento. Nota-se que as seções que tratam dos pisos, desníveis, degraus e escadas fixas, iluminação, rampas e corrimãos, repetem algumas questões já abordadas nas seções entorno da biblioteca e entrada da biblioteca, tendo o pesquisador, durante a avaliação, que retomar estas questões e muitas vezes repetir a análise já feita anteriormente. As questões sobre sinalização e desníveis são abordadas em várias seções e depois separadamente. Para tornar o instrumento mais dinâmico, sugere-se diminuir suas seções e inserir estas questões dentro do contexto onde elas se encontram.

Ao comparar o presente estudo com a pesquisa realizada no Anel Viário do Campus do Vale, pode-se constatar que existem poucas diferenças entre os dois campi com relação à acessibilidade. Verifica-se que os prédios foram construídos numa época que não se pensava em projetar espaços que facilitassem o acesso de deficientes físicos; em função disto e pela falta atualização de projeto e adaptações, os espaços edificados possuem barreiras para o acesso de pessoas deficiente ou mobilidade reduzida, não apresentam rota acessível para deslocamento dos usuários até as bibliotecas, as entradas das bibliotecas não são acessíveis e os espaços internos possuem poucos requisitos de acessibilidade. Desta forma, conclui-se que nos dois estudos encontram-se barreiras tanto arquitetônicas como informacionais.

Finalizando este estudo, conforme a literatura estudada sobre o assunto, conclui-se que o aspecto acessibilidade ainda não está contemplado em muitas universidades do país. Estas questões não vistas como prioridade em muitas instituições, o que torna ainda mais lenta a busca de soluções para o problema de acessibilidade. A ESEF, uma escola que possui projetos cujo público alvo são pessoas com deficiência, possui, também, o curso de fisioterapia e oferece este serviço à comunidade, tem o dever de fornecer um ambiente mais acessível que garanta a inclusão social - sem barreiras.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveiras. Experiências educacionais inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar. In: Roth, Berenice Weissheimer (org.). **Experiências educacionais inclusivas**: programa de educação inclusiva, direito à diversidade. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. Seção Rio Grande do Sul. **Sobre a UFRGS**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=18>. Acesso em: 15 ago. 2011.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 127 p.

BIGHELINI, Karine. **Karine Bighelini**: depoimento [26 out. 2011]. Entrevistadora: G. F. Gomes. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Entrevista via e-mail.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF: CORDE, 2007. Disponível em: <http://www.bancodeescola.com/Cartilha_Convencao_sobre_os_Direitos_das_Pessoas_com_Deficiencia.rtf>. Acesso em 15 set. 2011.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição; República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm> Acesso em: 10 ago. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001**. Promulga a convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm>. Acesso em: 04 ago. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 15 set. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 25 set. 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 17 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF: 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Resumo técnico: censo da educação superior de 2009**. Brasília, DF: 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

BRESOLIN, Marcelo. **Cultura da acessibilidade na biblioteca da FABICO e biblioteca Central da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27800>. Acesso em: 24 ago. 2011.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: um conceito para todos**. São Paulo: Instituto Mara Gabrielli, 2008. Disponível em: <http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatos.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.

COSER, Elise Maria di Domenico. **Elise Maria di Domenico Coser: depoimento** [15 set. 2011]. Entrevistadora: G. F. Gomes. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Entrevista com a bibliotecária do Instituto de Psicologia da UFRGS.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAMÁSIO, Edilson. O papel das bibliotecas universitárias e da informação para a indústria e negócios conforme a “Lei de Inovação” no contexto científico e tecnológico [recurso eletrônico]. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 13., 2004, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2004. 1 CD-ROM.

EMMANUELLI, Mara Neide. **Acessibilidade física em bibliotecas universitárias: um direito de todos.** 2009. 82 f. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18490>>. Acesso em: 10 out. 2011.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. A inclusão social e digital de pessoas com limitação visual e o uso das tecnologias de informação e de comunicação na produção de páginas para a Internet. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 94-101, jan./abr. 200. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a10.pdf>>. Acesso em 20 out. 2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade física. In: Pupo, Deise Tallarico; Melo, Amanda Meincke Melo; Ferres. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas.** São Paulo: UNICAMP, 2006. Disponível em: <styx.nied.unicamp.br/todosnos/artigos.../livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em 15 ago. 2011

FONSECA, Cíntia Cibele Ramos. **Cíntia Cibele Ramos Fonseca: depoimento** [20 out. 2011]. Entrevistadora: G. F. Gomes. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Entrevista com a bibliotecária da ESEF/UFRGS.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas. 4 ed. 2002.

GUIMARÃES, Marcelo Pinto. Mesa Redonda: acessibilidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, 1., 2000, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: PUCMINAS, 2000. Disponível em: <www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/marcelo.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2011.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e da documentação.** Brasília, DF: MCT: CNPq: Ibict, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000: características gerais da população.** Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf>. Acesso em: 25 maio 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: censo demográfico e contagem da população. Rio de Janeiro, 2011.

Disponível

em:<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3326&z=cd&o=6&i=P>.

Acesso em: 12 dez.

JOB, Ivone; FONSECA, Cintia Cibele Ramos. Lugares do conhecimento: as bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7965>>. Acesso em 24 set. 2011.

LARAIA, Maria Ivone Fortunato. **A pessoa com deficiência e o direito ao trabalho**. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=170396>. Acesso em: 02 out. 2011.

MACHADO, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Machado**: depoimento [25 set. 2011]. Entrevistadora: G. F. Gomes. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Entrevista por telefone com funcionário da Associação dos Transportadores de Passageiros por Lotação (ATL).

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Apresentação. In: Resende, Ana Paula Crosara; Vital, Flávia Maria de Paiva. **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: CORDE, 2008. Disponível em: <http://www.rosinhadaadefal.com.br/files/convencao_comentada.pdf>. Acesso em: 25. ago 2011.

MELO, Amanda Meincke; Costa, Jean Braz da; Soares, Sílvia C. de Matos. Tecnologias Assitivas. In: Pupo, Deise Tallarico; Melo, Amanda Meincke Melo; Ferres. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. São Paulo: UNICAMP, 2006. Disponível em:<http://styx.nied.unicamp.br/todosnos/artigos.../livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2011

MOROSINI, Marília Costa; ROSSATO, Ricardo. Educação Superior no Rio Grande do Sul. In: GIOLO, Jaime; RISTOFF, Dilvo (Org.). **Educação Superior Brasileira 1991-2004**: Rio Grande do Sul. Brasília, DF: INEP, 2006. v. 1, p. 24-77. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes>>. Acesso em: 09 set. 2011.

MAZZONI, Alberto Angel *et al.* Aspectos que interferem na construção de acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/184>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

NASCIMENTO DE PAULA, Sonia; CARVALHO, José Oscar Fontanini. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 64-

79, jul./ago. 2009. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/1640>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28114>. Acesso em: 10 mai. 2011.

OLIVEIRA, Nirlei Maria. A biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidade do MEC: uma análise preliminar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 207-221, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/409/221>>. Acesso em: 15 set. 2011.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: Soares, Maria Susana Arrosa. **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, [2011]. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em 20. set. 2011.

PUPO, Deise Tallarico. Cumprindo a legislação. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FÉRRERES, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2006. p. 39-50. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2011.

PUPO, Deise Tallarico; VICENTINI, Regina Aparecida Blanco. A integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino e pesquisa: o papel das bibliotecas virtuais. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 10., 1998, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1998. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=1122>. Acesso em: 24 set. 2011.

RÚDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SANTOS, Inalda Maria dos; LIMA, Ana Patrícia Santana Rosa de; MACIEL, Gerline. O ensino superior no Brasil e a criação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM ALAGOAS, 5., 2010, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió: PPGE, 2010. Disponível em: <[http://dmd2.webfaccional.com/media/anais/O-ENSINO-SUPERIOR-NO-BRASIL-E-A-CRIACAO-DA-UNIVERSIDADE-FEDERAL-RURAL-DE-PERNAMBUCO-\(UFRPE\).pdf](http://dmd2.webfaccional.com/media/anais/O-ENSINO-SUPERIOR-NO-BRASIL-E-A-CRIACAO-DA-UNIVERSIDADE-FEDERAL-RURAL-DE-PERNAMBUCO-(UFRPE).pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2011.

SASSAKI, Romeu Zazumi. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. São Paulo: Prodef, 1997.

SASSAKI, Romeu Zazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão**: revista da educação especial. Brasília: Ministério da Educação/ SEESP, 2005.

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. Biblioteca inclusiva?: repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no sistema de Bibliotecas da UFMG e revendo a trajetória institucional na busca de soluções. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Disponível em: <www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/bibliotecainclusiva.pdf>. Acesso em: 20 maio 2011.

SOARES, Mariana Baierle. UFRGS atende os estudantes especiais. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 22 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A114/N173/HTML/>>. Acesso em: 24 out. 2011.

Jorge Torres: depoimento [21 nov. 2011]. Entrevistadora: G. F. Gomes. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Entrevista por telefone com funcionário da Comissão de Extensão da Escola de Educação Física da UFRGS (ESEF).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Escola de Educação Física. **Apresentação**. Porto Alegre, [200-?]. Disponível em: <<http://www.esef.ufrgs.br/apresentacao.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

YIN, Robert k. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO A – Instrumento de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas (*Checklist*)

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS (<i>CHECKLIST</i>)					
	ITENS PARA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS	S	N	P	N/A
1	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA				
1.1	Entorno da biblioteca				
1.1.1	O transporte público no entorno da biblioteca é acessível, ou seja, dispõe de linhas de transporte urbano coletivo adaptado para o transporte de pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida? (Conforme NBR 14022/2006.)				
1.1.2	O percurso entre "o ponto" de embarque/desembarque do transporte coletivo até a entrada da biblioteca é livre de obstáculos (degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso)?				
1.1.3	Próximo à entrada principal da biblioteca há faixa de pedestre com sinalização visual e sonora para pedestre?				
1.1.4	As calçadas no entorno da biblioteca ou do prédio no qual está localizada apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados (tátil e visual)?				
1.1.5	A calçada que dá acesso à biblioteca apresenta-se em bom estado de conservação, sem buracos ou pedras soltas do pavimento?				
1.1.6	As calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres que dão acesso ao prédio da biblioteca estão livres, completamente desobstruídas e isentas de interferências? (A faixa livre deve apresentar largura mínima recomendável de 1,50 m, sendo admissível de 1,20 m e altura livre mínima de 2,10 m.)				
1.1.7	Em caso de obras eventualmente existentes sobre a calçada, estas estão convenientemente sinalizadas e isoladas, assegurando-se a largura mínima de 1,20 m para				

	circulação externa? (Na impossibilidade de acesso pela calçada, deve ser feito desvio pelo leito carroçável da via, providenciando-se uma rampa provisória, com largura mínima de 1,00 m e inclinação máxima de 10%.)				
1.1.8	Se existe uma rota acessível de acesso à biblioteca, mas esta não está localizada junto à entrada principal, esta rota não excede 6 (seis) vezes a trajetória principal utilizada por todos?				
1.1.9	A inclinação transversal do piso no exterior da biblioteca é de no máximo 3% e a inclinação longitudinal máxima de 5%? (Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.5 da NBR 9050/2004.)				
1.1.10	Existem rotas acessíveis em toda a área circundante à biblioteca, desde pontos que forem considerados de interesse até a entrada principal da biblioteca?				
1.1.11	É previsto no mínimo um acesso vinculado através de rota acessível à circulação principal da biblioteca e às circulações de emergência, quando existirem? (Recomenda-se que a distância entre cada entrada acessível e as demais não pode ser superior a 50 m.)				
1.2	Estacionamento da Biblioteca				
1.2.1	A biblioteca dispõe de estacionamento com vagas preferenciais para pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida?				
1.2.2	Se o estacionamento possui de 11 a 100 vagas, pelo menos uma das vagas é preferencial para pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida? (Para um estacionamento de até 10 vagas, não há previsão legal, contudo, recomenda-se a reserva de pelo menos uma vaga preferencial.)				
1.2.3	Se o estacionamento possui acima de 100 vagas, pelo menos 1% das vagas é preferencial para pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida?				
1.2.4	As vagas preferenciais para pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida possuem sinalização horizontal (pintada no piso) e vertical com o símbolo internacional de acesso? (Recomenda-se, ainda, que a vaga apresente placa por escrito com a informação relativa à condição de reserva de vaga e o público-alvo.)				

1.2.5	As vagas preferenciais estão situadas em piso plano?				
1.2.6	As vagas preferenciais contam com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura quando afastada da faixa de travessia de pedestres, de forma a evitar a circulação das pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida entre os veículos?				
1.2.7	As vagas preferenciais estão vinculadas a rebaixamento da calçada e/ou rampa para facilitar o acesso de pessoas em cadeiras de rodas e/ou pessoas com dificuldade de locomoção?				
1.2.8	As vagas preferenciais estão vinculadas a rota acessível que interligue à biblioteca ou ao prédio no qual se localiza, livre de obstáculos como degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso? (Recomenda-se que as vagas preferenciais fiquem o mais perto possível da entrada principal ou da rota acessível opcional de entrada da biblioteca.)				
1.2.9	Na impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e as entradas acessíveis da biblioteca, há vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida interligadas às entradas através de rotas acessíveis?				
1.3	Entrada da Biblioteca				
1.3.1	Se a entrada da biblioteca possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais, bem como com dificuldades de locomoção?				
1.3.2	Se a entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade?				
1.3.3	A circulação da entrada da biblioteca é contínua, sem obstáculos à circulação dos usuários com mobilidade reduzida?				
1.3.4	A porta de entrada principal, bem como as internas, apresenta condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m? (Em portas de				

	duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80 m.)				
1.3.5	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de entrada possuem área livre de 1,20 m?				
1.3.6	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de saída possuem área livre de 1,50 m?				
1.3.7	As portas têm condições de serem abertas com um único movimento? (Recomenda-se que o mecanismo de acionamento das portas exija força humana direta igual ou inferior a 36 Newton – N9.)				
1.3.8	As maçanetas das portas são do tipo alavanca?				
1.3.9	As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?				
1.3.10	As portas de sanitários acessíveis apresentam puxador horizontal a uma altura entre 0,90 m a 1,10 m do piso, com largura de 0,40 m?				
1.3.11	Em portas providas de dispositivos de acionamento pelo usuário, estes estão instalados à altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?				
1.3.12	Quando instalados no sentido de varredura da porta, os dispositivos de acionamento pelo usuário estão distantes entre 0,80 m e 1,00 m da área de abertura?				
1.3.13	Se as portas forem acionadas por sensores ópticos, estes estão ajustados para detectar pessoas de baixa estatura, crianças e pessoas em cadeiras de rodas?				
1.3.14	Nas portas acionadas por sensores ópticos, estão previstos dispositivos de segurança que impeçam o fechamento da porta sobre as pessoas?				
1.3.15	Em portas de correr, os trilhos ou as guias inferiores estão nivelados com a superfície do piso? (Eventuais frestas resultantes da guia inferior devem ter largura de no máximo 15 mm.)				

1.3.16	As portas apresentam na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso?				
1.3.17	As portas apresentam cores contrastantes com relação à parede e entre parede e batente?				
1.3.18	Caso haja alguma porta de vidro, está possui uma faixa ao longo de toda a largura e outra na moldura indicando a existência desse elemento arquitetônico?				
1.3.19	As portas possuem sinalização tátil de orientação e de alerta?				
1.3.20	Se a biblioteca possui catracas na sua área de entrada principal, pelo menos uma em cada conjunto de catracas é acessível, ou seja, permite a rotação de 90° (1,20 m x 1,20 m) da cadeira de rodas? (Ver 4.3.3 da NBR 9050/2004.)				
1.3.21	As catracas acessíveis estão identificadas com a sinalização internacional de acessibilidade?				
1.3.22	Eventuais comandos da catraca acionáveis por usuários estão ao alcance manual entre 0,80m e 1,00m de altura do piso, considerando a catraca um comando de precisão?				
1.3.23	Eventuais comandos da catraca acionáveis por usuários são acessíveis para pessoas com limitação visual? (Recomenda-se que as informações visuais também estejam disponíveis em formato sonoro e tátil.)				
1.3.24	A biblioteca dispõe de planos e mapas táteis (horizontais ou inclinados) para orientação dos usuários? (Recomenda-se inclinação de até 15% em relação ao piso.)				
1.3.25	Os planos e mapas táteis horizontais ou inclinadas estão instaladas à altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso permitindo o alcance manual e visual?				
1.3.26	Os planos e mapas táteis possuem uma reentrância na sua parte inferior com no mínimo 0,30 m de altura e 0,30 m de profundidade, para permitir a aproximação frontal de uma pessoa em cadeira de rodas?				
1.3.27	São disponibilizados, em bibliotecas muito extensas,				

	equipamentos de auxílio à mobilidade para uso estrito ao espaço da biblioteca para usuários com dificuldades de locomoção? (Recomenda-se que a biblioteca disponibilize, por exemplo, cadeiras de rodas motorizadas.)				
1.4	Espaços Internos da Biblioteca				
1.4.1	Nas entradas de acesso aos espaços, são evitados os contrastes excessivos nos níveis de iluminação a fim de facilitar a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão?				
1.4.2	A biblioteca dispõe de comandos individuais de controle da iluminação artificial para seus diferentes ambientes?				
1.4.3	A biblioteca dispõe de mecanismos de aumento e diminuição da iluminação ambiental a fim de ajustar a intensidade de luz, evitando reflexo e radiação de calor?				
1.4.4	A iluminação, cores e contraste entre paredes, pisos e portas, entre maçanetas e portas e entre estas e o batente, é avaliada cuidadosamente, a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão?				
1.4.5	Por toda biblioteca há uma rota acessível interligando o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal?				
1.4.6	A organização interna dos espaços (layout) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido, como espelhos, portas de vidro e portas vai-vem, por exemplo?				
1.4.7	Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estes estão sinalizadas antecipadamente, para evitar acidentes e trajetos desnecessários?				
1.4.8	A área livre para circulação de uma pessoa possui largura mínima de 1,20m?				
1.4.9	A área livre para circulação de duas pessoas possui largura mínima de 1,80m?				
1.4.10	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas				

	(sem deslocamento) com rotação de 90° possui o mínimo de 1,20m x 1,20m?				
1.4.11	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 180° possui o mínimo de 1,50m x 1,20m?				
1.4.12	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 360° possui o mínimo de diâmetro de 1,50m?				
1.4.13	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 90° possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00 (profundidade de saída)?				
1.4.14	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade)?				
1.4.15	O layout das salas de leitura e de estantes de livros considera a utilização de usuários em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida, baixa estatura, obesas, com limitação visual, etc.?				
1.4.16	As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas, etc.)?				
1.4.17	A distribuição do mobiliário na biblioteca favorece o contato visual das pessoas que se encontram no interior da biblioteca evitando isolamentos?				
1.4.18	As sinalizações verticais em Braille ou texto em relevo estão instalados de maneira que a parte inferior da cela Braille ou do símbolo ou do texto esteja a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?				
1.4.19	As sinalizações visuais em áreas de circulação, quando suspensas, estão instaladas a uma altura livre mínima de 2,10 m do piso?				
1.4.20	A altura dos interruptores (de luz, de disjuntor, de tecla de estabilizador de computador, etc.) está entre 0,60m a 1,00m de altura do piso?				

1.4.21	Os interruptores de luz são de pressão, com grande superfície, diferenciados cromaticamente da parede onde se encontram?				
1.4.22	A altura das tomadas elétricas está entre 0,40m a 1,00m?				
1.4.23	A altura do quadro de luz está entre 0,80m a 1,20m?				
1.4.24	A altura de armários em geral, inclusive armários guarda-volumes, está entre 0,40m a 1,20m?				
1.4.25	A altura dos fichários atende às faixas de alcance manual e visual entre 0,40m e 0,90m de altura do piso?				
1.4.26	Se a biblioteca dispõe de bebedouro, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, permitindo a aproximação frontal?				
1.4.27	Se a biblioteca dispõe de telefone público suspenso, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, permitindo a aproximação frontal?				
1.5	Pisos				
1.5.1	Os pisos no interior da biblioteca apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações que desencorajem o avanço normal no trajeto, considerando dispositivos com rodas?				
1.5.2	O piso da biblioteca é antiderrapante sob qualquer condição, que não provoquem riscos tanto em seco como em molhado? (Recomenda-se que para tal constatação se realize provas no local, simulando as situações mais favoráveis ao deslizamento, como o acúmulo de pó ou limpeza com água ou cera.)				
1.5.3	O piso da biblioteca é opaco? (Recomendam-se pisos que não provoquem reflexos excessivos com a iluminação local, pois desorientam pessoas com baixa visão.)				
1.5.4	A inclinação transversal do piso no interior da biblioteca é de, no máximo, 2% e a inclinação longitudinal de, no máximo, de 5%? (Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.4 da NBR 9050/2004.)				

1.5.5	A biblioteca apresenta uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50 m, para piso com até 3% de inclinação?				
1.5.6	A biblioteca apresenta uma área de descanso a cada 30 m, para piso de 3% a 5% de inclinação?				
1.5.7	A biblioteca apresenta área de descanso para inclinações superiores a 5%? (Ver 6.5 da NBR 9050/2004.)				
1.5.8	As áreas de descanso estão dimensionadas para permitir a manobra de cadeiras de rodas? (Recomenda-se, sempre que possível, que sejam previstos bancos com encosto nestas áreas para usuários com mobilidade reduzida ou possíveis acompanhantes de pessoas em cadeiras de rodas.)				
1.5.9	O piso da biblioteca contrasta com as paredes e outros elementos arquitetônicos? (Recomenda-se que o piso contraste com as paredes, contudo, deve ser evitada no piso a utilização de superfícies que possam causar sensação de insegurança, por exemplo, estampas que pelo contraste de cores possam causar a impressão de tridimensionalidade em pessoas com limitações visuais.)				
1.6	Capachos, forrações, carpetes e tapetes				
1.6.1	Os capachos utilizados da biblioteca estão embutidos no piso e nivelados de maneira que eventual desnível não exceda 5 mm? (Recomenda-se que tapetes sejam evitados em rotas acessíveis.)				
1.6.2	Os carpetes e forrações apresentam as bordas firmemente fixadas ao piso de maneira a evitar enrugamento da superfície?				
1.6.3	As felpas do carpetes apresentam altura inferior a 6 mm?				
1.7	Desníveis				
1.7.1	Desníveis de qualquer natureza são evitados? (Eventuais desníveis no piso de até 5 mm não demandam tratamento especial.)				

1.7.2	Os desníveis de piso estão em altura máxima de 5 mm?				
1.7.3	Os desníveis de piso que estejam entre 5 mm e 15 mm são tratados em forma de rampa?				
1.7.4	Os desníveis superiores a 15 mm são tratados como degraus e devidamente sinalizados?				
1.8	Degraus e Escadas Fixas				
1.8.1	O acesso a ambientes com degraus e escadas fixas estão associados às rampas acessíveis ou a equipamento de transporte vertical/inclinado? (Recomenda-se evitar a presença de escadas em rotas acessíveis.)				
1.8.2	Os espelhos dos degraus das escadas estão entre o mínimo de 0,16 m e o máximo de 0,18 m?				
1.8.3	Os pisos dos degraus das escadas estão entre o mínimo de 0,28 m e o máximo de 0,32 m?				
1.8.4	A inclinação transversal das escadas não excede 1%?				
1.8.5	A largura das escadas fixas atende ao mínimo admissível de 1,20 m?				
1.8.6	O primeiro e último degrau de um lance de escada estão a uma distância de no mínimo 0,30 m da área de circulação adjacente?				
1.8.7	Os degraus estão sinalizados conforme a figura 58 da NBR 9050/2004?				
1.8.8	As escadas fixas apresenta, no mínimo, um patamar a cada 3,20 m de desnível e sempre que houver mudança de direção?				
1.8.9	Entre os lances de escada existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m? (Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada.)				

1.8.10	Os elevadores atendem integralmente ao disposto na ABNT NBR13994, quanto à sinalização, dimensionamento e características gerais?				
1.9	Rampas				
1.9.1	A largura das rampas está de acordo com o fluxo de pessoas? (A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m.)				
1.9.2	As rampas apresentam inclinação máxima de 8,33%?				
1.9.3	A inclinação transversal não excede 2% em rampas internas?				
1.9.4	As rampas em curva apresentam inclinação máxima admissível de 8,33% e o raio mínimo de 3,00 m, medido no perímetro interno à curva?				
1.9.5	No início e no término da rampa existem patamares com dimensão longitudinal de no mínimo admissível 1,20 m, além da área de circulação adjacente?				
1.9.6	Entre os segmentos da rampa existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m, sendo o recomendável 1,50 m?				
1.9.7	Os patamares situados em mudanças de direção apresentam dimensões iguais à largura da rampa?				
1.9.8	A inclinação transversal dos patamares não excede 2%?				
1.9.9	As rampas apresentam a devida previsão de áreas de descanso nos patamares a cada 50 m de percurso?				
1.10	Corrimãos				
1.10.1	Os corrimãos estão instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas?				
1.10.2	Os corrimãos são feitos de material rígido?				

1.10.3	Os corrimãos estão firmemente fixados às paredes, oferecendo condições seguras de utilização?				
1.10.4	Os corrimãos estão sinalizados? (Conforme 5.11 da NBR 9050/2004.)				
1.10.5	Os corrimãos possuem altura entre 0,70 m e 0,92 m do piso?				
1.10.6	Os corrimãos possuem diâmetro entre 3,0 cm e 4,5 cm?				
1.10.7	Os corrimãos estão afastados da parede no mínimo a 4,0 cm?				
1.10.8	Quando embutidos na parede, os corrimãos estão afastados 0,15 m da face superior da reentrância?				
1.10.9	O corrimão permite boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular?				
1.10.10	Os corrimãos laterais prolongam-se pelo menos 0,30 m antes do início e após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão?				
1.10.11	As extremidades dos corrimãos apresentam acabamento recurvado? (Recomenda-se que as extremidades sejam fixadas ou justapostas à parede ou piso, ou ainda tenham desenho contínuo, sem protuberâncias.)				
1.10.12	Os corrimãos laterais são contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas ou rampas?				
1.10.13	Para degraus isolados e escadas, a altura dos corrimãos está a 0,92 m do piso?				
1.10.14	As rampas apresentam corrimãos laterais instalados a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da geratriz superior? (Opcionalmente, para escadas, podem ser instalados corrimãos laterais a essas duas alturas.)				
1.10.15	Quando se tratar de escadas ou rampas com largura superior a 2,40 m, estas apresentam corrimão intermediário?				

1.11	Corredores				
1.11.1	Os corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas? (Conforme 6.10.8 da NBR 9050/2004.)				
1.11.2	Os corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m apresentam largura mínima de 0,90 m?				
1.11.3	Os corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m apresentam largura mínima de 1,20 m?				
1.11.4	Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,00 m apresentam largura mínima de 1,50 m?				
1.11.5	Os corredores apresentam uma faixa ampla para a circulação, livre de jarros com vegetação ou outros obstáculos que obstruam a acessibilidade?				
1.12	Sanitários				
1.12.1	Se a biblioteca dispõe de sanitário para os usuários da biblioteca, este está acessível para pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção, de uso preferencial destas, conforme 7.3 da NBR 9050/2004?				
1.12.2	O sanitário acessível de uso preferencial está localizado dentro de uma rota acessível?				
1.12.3	O sanitário de uso preferencial por pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade?				
2	ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS				
2.1	Balcão de Atendimento ao Usuário				
2.1.1	O balcão de atendimento aos usuários está localizado em rota acessível?				
2.1.2	No balcão de atendimento aos usuários, em algum trecho de sua longitude, por aproximadamente 0,90 cm, apresenta				

	altura de no máximo 0,90 m do piso, permitindo o contato visual entre o usuário (pessoas em cadeiras de rodas, pessoas de baixa estatura e crianças) e o bibliotecário/auxiliar?				
2.1.3	O balcão de atendimento aos usuários é acessível a pessoas em cadeiras de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão? (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas.)				
2.1.4	A parte superior do balcão de atendimento é livre de barreiras como vidros, barras, etc.?				
2.1.5	A mesa do balcão de atendimento apresenta revestimento opaco? (Recomenda-se que não seja utilizado verniz ou qualquer outro revestimento, polimento brilhante que cause reflexos, prejudicando o equilíbrio sensorial de pessoas com baixa visão.)				
2.2	Mesas ou Superfícies para Trabalho, Leitura e/ou Estudo				
2.2.1	As mesas estão localizadas junto às rotas acessíveis e, preferencialmente, distribuídas por todo o espaço?				
2.2.2	No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas?				
2.2.3	As mesas de leitura e estudo permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m?				
2.2.4	As mesas apresentam altura e posição acessíveis e confortáveis? (Recomenda-se a altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso.)				
2.2.5	As mesas apresentam arredondamento dos ângulos a fim de evitar acidentes com pessoas em cadeiras de rodas, de baixa estatura e crianças?				
2.2.6	As mesas apresentam revestimento opaco? (Recomenda-se				

	que não seja utilizado verniz ou qualquer outro revestimento, polimento brilhante que cause reflexos, prejudicando o equilíbrio sensorial de pessoas com baixa visão.)				
2.2.7	Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, leitura ou trabalho são acessíveis? (Recomenda-se que, no mínimo, um do total das mesas, deve ser acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.)				
2.2.8	Há suporte para apoio de textos complementares junto à mesa do computador? (Recomenda-se o suporte seja fixado lateralmente ou colocado ao lado da mesa na altura adequada ao usuário.)				
2.2.9	As cadeiras para uso nas mesas de estudo e leitura são flexíveis ao deslocamento? (Recomenda-se que as cadeiras não sejam fixadas no chão, mas reguláveis para se adaptar às características físicas dos usuários, permitindo uma postura ereta e cômoda.)				
2.3	Computadores/Terminais de Consulta				
2.3.1	Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet são acessíveis a pessoa em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida? (Recomenda-se que, no mínimo, um seja acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.)				
2.3.2	Os computadores destinados aos usuários estão acessíveis, ou seja, os elementos que garantem a sua acessibilidade integral como a sala, o mobiliário, as partes integrantes do computador e seus periféricos, atendem a requisitos de acessibilidade?				
2.3.3	O mobiliário e os elementos que constituem o computador são ajustáveis de forma simples, direta, segura e com tolerância ao erro?				
2.3.4	A tela, a torre e os periféricos do computador são flexíveis e independentes na sua localização, possibilitando, por exemplo, aproximar/afastar a tela, bem como substituir os componentes por outros mais adaptados às necessidades dos diferentes usuários?				
2.3.5	Os botões de liga/desliga, manipulação de disquete, CD-ROM, e outros dispositivos são acessíveis ao alcance manual entre 0,40m a 1,20m de altura do piso?				

2.4	Estantes				
2.4.1	As estantes de livros possuem, entre elas, distância mínima de 0,90m de largura? (Recomenda-se que a distância adequada seja de 1,80m, permitindo a mobilidade de até duas pessoas em cadeiras de rodas.)				
2.4.2	Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas? (Recomenda-se que o espaço atenda a uma área livre para manobra com deslocamento de 180°.)				
2.4.3	A disposição dos livros nas estantes atende ao alcance manual confortável de, no máximo, 1,20 m de altura do piso?				
3	ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL				
3.1	Sinalização dos Espaços e Serviços da Biblioteca				
3.1.1	Há sinalização informativa e direcional da localização das entradas acessíveis da biblioteca?				
3.1.2	Há sinalização informativa, na entrada da biblioteca, quanto o horário de funcionamento, bem como demais informações imprescindíveis?				
3.1.3	A biblioteca dispõe de uma maquete visual impressa e tátil para orientar os usuários sobre a localização das diferentes áreas da biblioteca, localizada e posicionada de forma adequada para permitir o alcance e aproximação de todos? (Recomenda-se que a maquete fique localizada na entrada da biblioteca.)				
3.1.4	Se a biblioteca está localizada dentro de um prédio compartilhado com outros setores, como, por exemplo, uma escola ou universidade, há sinalização direcional para indicar um percurso ou a distribuição espacial dos diferentes elementos do prédio? (Na forma visual, associam-se setas indicativas de direção a textos, figuras ou símbolos, conforme descrito em 5.5.6 da NBR 9050/2004. Na forma tátil, utilizam-se recursos como linha-guia ou piso tátil, conforme 5.14.2 da NBR 9050/2004).				
3.1.5	Dentro da biblioteca, há sinalização direcional para indicar um percurso ou a distribuição espacial dos diferentes				

	elementos como setores; serviços, sanitários e outros, ou, pelo menos, até o saguão de entrada e seus pontos de informação? (Na forma visual, associam-se setas indicativas de direção a textos, figuras ou símbolos, conforme descrito em 5.5.6 da NBR 9050/2004. Na forma tátil, utilizam-se recursos como linha-guia ou piso tátil, conforme 5.14.2 da NBR 9050/2004).				
3.1.6	A área de recepção e atendimento o usuário da biblioteca está claramente indicada via painéis informativos acessíveis impressos e táteis?				
3.1.7	O serviço de atendimento ao usuário está identificado pelo símbolo internacional de informação, bem como outros serviços de informação? (Conforme figura 45 da NBR 9050/2004.)				
3.1.8	Há sinalização permanente nas áreas e espaços da biblioteca cuja função já esteja definida, identificando os diferentes espaços ou elementos do ambiente?				
3.1.9	Há sinalização temporária para indicar informações provisórias ou que podem ser alteradas periodicamente?				
3.1.10	Há, no mobiliário da biblioteca, sinalização permanente para identificar os comandos?				
3.1.11	As estantes da biblioteca apresentam sinalização quanto aos assuntos das obras arquivadas e na ordem em que estão dispostos?				
3.1.12	As informações (número de chamada) das lombadas dos livros são acessíveis de forma tátil e visual? (Recomenda-se que o número de chamada seja representado de acordo com as considerações sobre sinalização visual e tátil.)				
3.1.13	Se a biblioteca dispõe de equipamento eletromecânico para locomoção, é previsto dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio?				
3.1.14	Se a biblioteca possui elevadores, eles possuem voice10 e indicação dos andares em Braille?				
3.1.15	Nas portas há informação visual (número da sala, função etc.) ocupando área entre 1,40 m e 1,60 m do piso, localizada no centro da porta ou na parede adjacente, ocupando área a uma distância do batente entre 15 cm e 45				

	cm?				
3.1.16	Há sinalização tátil com caracteres em Braille e em relevo nas placas sinalizadoras acessíveis ao alcance do tato localizadas nas portas, entrada a novos cômodos ou salas?				
3.1.17	Há sinalização tátil (em Braille ou texto em relevo) instalada nos batentes ou vedo adjacente (parede, divisória ou painel), no lado onde estiver a maçaneta, a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m?				
3.1.18	Os corrimãos de escadas e rampas estão sinalizados em Braille e em relevo na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão, informando sobre os pavimentos, no início e no final das escadas fixas e rampas?				
3.1.19	Os corrimãos de escadas e rampas estão sinalizados através de anel com textura contrastante com a superfície do corrimão, instalado 1,00 m antes das extremidades?				
3.1.20	Os degraus ou escadas apresentam sinalização visual próxima às bordas do piso, em cor contrastante com a do acabamento com largura de 20 cm e profundidade entre 2 a 3 cm?				
3.1.21	A biblioteca apresenta piso tátil de alerta para sinalizar situações que envolvem risco de segurança como escadas fixas ou rolantes, rampas, degraus isolados, colunas, elevadores, qualquer objeto suspenso entre 0,60 m e 2,10 m de altura do piso não detectável no chão pelos bastões (por exemplo, extintores, estantes, murais de informação, etc.), ou que tenha volume maior na parte superior do que na base?				
3.1.22	O piso tátil de alerta apresenta textura em relevo tronco-cônico (forma esférica em relevo), instalada perpendicularmente ao sentido de deslocamento, com largura entre 20 cm e 60 cm e frente a qualquer elemento arquitetônico que represente um perigo para os usuários dessa sinalização? (A sinalização tátil de alerta deve exceder em 0,60 m a projeção do obstáculo, em toda a superfície ou somente no perímetro desta.)				
3.1.23	Há sinalização tátil de alerta nos rebaixamentos de calçadas, em cor contrastante com a do piso?				
3.1.24	Há sinalização tátil de alerta no início e término de escadas fixas, escadas rolantes e rampas, em cor contrastante com a				

	do piso, com largura entre 0,25 m a 0,60 m, afastada no máximo, 0,32 m do ponto onde ocorre a mudança do plano?				
3.1.25	Há sinalização tátil de alerta junto às portas dos elevadores, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25 m a 0,60 m, afastada, no máximo, 0,32 m da abertura?				
3.1.26	Nas calçadas, há sinalização tátil de alerta para indicar as faixas de travessia de pedestre?				
3.1.27	As sinalizações táteis de alerta do piso são diferenciadas na cor em relação ao piso adjacente ou associadas à faixa de cor contrastante? (Conforme 5.14.1 da NBR 9050/2004.)				
3.1.28	A biblioteca apresenta pavimentos de cor, que advertem sobre perigos ou delimitam diferentes espaços nos itinerários, de modo a melhorar a funcionalidade do ambiente para pessoas com baixa visão pelo contraste cromático que geram?				
3.1.29	Os pisos da biblioteca apresentam sinalizações táteis direcionais delineando a trajetória para os diferentes serviços/setores?				
3.1.30	A sinalização tátil direcional apresenta textura com seção trapezoidal (relevos lineares, regularmente dispostos), qualquer que seja o piso adjacente, instalada no sentido do deslocamento, com largura entre 20 cm e 60 cm e cromodiferenciada em relação ao piso adjacente? (Recomenda-se que se o piso adjacente tiver textura, excepcionalmente, a sinalização tátil direcional seja lisa.)				
3.1.31	A biblioteca apresenta sinalização tátil direcional no piso em áreas de circulação na ausência ou interrupção da guia de balizamento, em ambientes internos ou externos? (Conforme 5.14.2 da NBR 9050/2004.)				
3.1.32	A biblioteca apresenta sinalização tátil direcional no piso nos locais de área de circulação, indicando o caminho a ser percorrido em espaços amplos ou quando houver caminhos preferenciais de circulação?				
3.1.33	Quando há mudança de direção entre duas ou mais linhas de sinalização tátil direcional, há uma área de alerta indicando que existem alternativas de trajeto? (Essas áreas de alerta devem ter dimensão proporcional à largura da sinalização tátil direcional.)				

3.1.34	Quando houver mudança de direção formando ângulo superior a 90°, a linha-guia é sinalizada com piso tátil direcional?				
3.1.35	Nas portas de elevadores, quando houver sinalização tátil direcional, há o encontro desta com a sinalização tátil de alerta?				
3.1.36	A sinalização tátil de alerta e a direcional apresentam cor contrastante com a do piso adjacente, e podem ser sobrepostas ou integradas ao piso existente?				
3.1.37	Quando integradas, sinalização tátil de alerta e direcional, há desnível entre as sinalizações?				
3.1.38	O desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado para sinalização é chanfrado, não excedendo 2 mm?				
3.1.39	O piso no entorno da biblioteca (parte externa, calçada, estacionamento, etc.) apresenta sinalização tátil do tipo de alerta ou direcional, compondo uma rota acessível?				
3.1.40	Nos rebaixamentos de calçadas, quando houver sinalização tátil direcional, há o encontro desta com a sinalização tátil de alerta?				
3.1.41	Nas faixas de travessia, está instalada a sinalização tátil de alerta no sentido perpendicular ao deslocamento, à distância de 0,50 m do meio-fio? (Recomenda-se a instalação de sinalização tátil direcional no sentido do deslocamento, para que sirva de linha-guia, conectando um lado da calçada ao outro.)				
3.1.42	Nos pontos de ônibus há sinalização tátil de alerta ao longo do meio fio e o piso tátil direcional, demarcando o local de embarque e desembarque?				
3.2	Considerações sobre a Sinalização Tátil				
3.2.1	Os textos, figuras e pictogramas em relevo dirigidos às pessoas com limitação visual, estão associados ao texto em Braille?				

3.2.2	As informações em Braille estão posicionadas abaixo dos caracteres ou figuras em relevo?				
3.2.3	A sinalização tátil vertical atende aos requisitos de espaçamento, proporção, altura do texto, acabamento e contraste? (Conforme 5.6 da NBR 9050/2004) Os caracteres em relevo atendem às condições estabelecidas em 5.6.2.3 da NBR 9050/2004?				
3.2.4	As figuras em relevo apresentam contornos fortes e bem definidos; simplicidade nas formas e poucos detalhes; figura fechada, completa, com continuidade; estabilidade da forma; e simetria?				
3.3	Considerações sobre a Sinalização Sonora				
3.3.1	As mensagens sonoras são precedidas de um prefixo ou de um ruído característico para chamar a atenção do ouvinte?				
3.3.2	Os alarmes sonoros, bem como os alarmes vibratórios, estão associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, de maneira a alertar as pessoas com limitação visual e auditiva?				
3.3.3	As informações sonoras verbais são digitalizadas ou sintetizadas? (Recomenda-se orações completas, com sujeito, verbo e predicado, nesta ordem; além de estar na forma ativa e imperativa.)				
3.3.4	Em bibliotecas escolares, é utilizada a sinalização luminosa intermitente (tipo flash) na cor amarela, associada ao alarme sonoro, para avisos de intervalo e de mudança de professor?				
3.3.5	A sinalização sonora está associada à sinalização visual? (Conforme 5.3 da NBR 9050/2004.)				
3.4	Considerações sobre a Sinalização Visual				
3.4.1	A sinalização visual vertical atende aos requisitos de espaçamento, proporção e altura do texto, acabamento e contraste para que sejam perceptíveis por pessoas com baixa visão? (Conforme 5.5 da NBR 9050/2004)				
3.4.2	Para a sinalização visual interna dos ambientes, a				

	dimensão mínima das figuras é de 15 cm, considerando a legibilidade a uma distância máxima de 30 m?				
3.4.3	A altura da sinalização visual está em conformidade com os alcances e cones visuais estabelecidos? (Conforme 4.7.2 da NBR 9050/2004)				
3.4.4	A sinalização visual vertical apresenta a respectiva correspondência com o piso tátil?				
3.4.5	As informações visuais estão associadas aos caracteres em relevo?				
3.4.6	Há contraste entre a sinalização visual (texto ou figura e fundo) e a superfície sobre a qual ela está afixada, sempre considerando o grau de luminosidade existente (natural ou artificial) para que este não prejudique a compreensão da informação?				
3.4.7	Os textos e figuras, bem como o fundo das peças de sinalização, apresentam acabamento fosco, evitando-se o uso de materiais brilhantes ou de alta reflexão?				
3.4.8	Os desenhos das figuras apresentam contornos fortes e bem definidos; simplicidade nas formas e poucos detalhes; forma fechada, completa, com continuidade; estabilidade da forma; e simetria?				
3.4.9	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta e utilização contem as mesmas informações escritas em Braille? (Recomenda-se que estes textos apresentem orações completas, com sujeito, verbo e predicado, nesta ordem; estejam na voz ativa; na forma afirmativa; e escritos na seqüência das ações, enfatizando a maneira correta de se realizar uma tarefa.)				
3.4.10	As informações dirigidas às pessoas com baixa visão estão em texto impresso em cor preta sobre fundo branco, fonte de tamanho 16, traços simples e uniformes, com algarismos arábicos? (Recomenda-se a combinação de letras maiúsculas e minúsculas, exceto quando forem destinadas à percepção tátil.)				
3.4.11	As informações de sinalização visual (textos ou figuras), mesmo que estejam em relevo, são associadas às informações em linguagem Braille posicionadas abaixo das figuras?				

3.4.12	Todos os símbolos estão associados a uma sinalização direcional?				
3.4.13	Qualquer comunicação de emergência é transmitida para todos os setores da biblioteca, tanto de forma visual intermitente como auditiva e, se possível, vibratória?				
3.4.14	As rotas de fuga e as saídas de emergência do prédio e dos espaços estão sinalizadas com informações visuais, táteis e sonoras?				
3.4.15	Os mecanismos e dispositivos de emergência contem informações visuais e táteis representadas através de símbolos?				
3.4.16	Nas escadas de emergência que interligam os diversos pavimentos, junto à porta corta-fogo, há sinalização tátil e visual informando o número do pavimento?				
3.4.17	As rotas de fuga, quando localizadas dentro da biblioteca, estão sinalizadas e iluminadas com dispositivos de balizamento de acordo com a ABNT NBR 10898?				
3.5	Sinalização de Espaços e Serviços Acessíveis da Biblioteca				
3.5.1	Os espaços e serviços acessíveis da biblioteca e do prédio no qual se localiza estão devidamente identificados pelo símbolo internacional de acesso como, por exemplo, entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, sanitários, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas e equipamentos exclusivos para o uso de PNEs? (Conforme figura 24 da NBR 9050/2004.)				
3.5.2	A sinalização internacional de acesso está afixada em local visível ao público?				
3.5.3	A existência de equipamentos e serviços para pessoas com limitação visual está devidamente identificada pelo símbolo internacional de pessoas com limitação visual? (A representação deste símbolo consiste em um pictograma inserido em um quadrado, apresentando uma pessoa em pé e de perfil, segurando uma bengala, voltada para a direita, conforme a figura 26 da NBR 9050/2004.)				

3.5.4	A existência de locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com limitação auditiva estão devidamente identificados pelo símbolo internacional de pessoa com limitação auditiva? (A representação deste símbolo consiste em um pictograma que apresenta o desenho de uma orelha estilizada, disposta como se a face estivesse voltada para a esquerda e, supostamente, cortada por uma tarja que desce do canto superior direito para o canto inferior direito do retângulo, no qual está inserido, conforme a figura 28 da NBR 9050/2004.)				
3.5.5	A biblioteca e o prédio no qual se localiza apresentam símbolos complementares indicando as facilidades existentes no prédio (elevador, escada rolante, escada rolante com degrau para cadeira de rodas, escada com plataforma móvel, rampa, etc.), no mobiliário, nos espaços, equipamentos e serviços oferecidos?				
3.5.6	Se a biblioteca possui sanitários acessíveis fisicamente, estes estão devidamente sinalizados quanto à prioridade de uso por pessoas com necessidades especiais?				
4	ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO				
4.1	As obras impressas em papel (livros, periódicos, folhetos, jornais, etc.) estão em formato digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela ou em versão sonora em formato magnético?				
4.2	As obras essencialmente visuais ou não textuais (gráficos, tabelas, imagens, legendas gráficas etc.) estão disponíveis na versão visual ampliada, sonora (por locução) e tátil (em texturas diferenciadas, mapas táteis, caracteres em relevo etc.)?				
4.3	As obras essencialmente sonoras como entrevistas disponíveis em arquivos de áudio, também estão disponíveis em texto, possibilitando sua edição em tipos ampliados, Braille e caracteres em relevo?				
4.4	Quando em meio digital, as obras são processáveis por sistemas de leitura e ampliação de tela e outros que a tecnologia permitir?				
4.5	Se biblioteca escolar, o acervo bibliográfico dispõe de material didático e lúdico que estimule o tato, olfato, paladar, visão e audição?				

4.6	O conteúdo do site da biblioteca é acessível, podendo ser adaptado por diferentes dispositivos de acesso de acordo com as recomendações do World Wide Web Consortium (W3C)11?				
4.7	O acervo on-line da biblioteca é acessível por diferentes dispositivos de acesso, conforme recomendações do W3C?				
4.8	O catálogo informatizado da biblioteca apresenta acessibilidade digital aos usuários, com ferramentas de busca de informação acessíveis por leitores de tela, possibilidade de inversão de cores e ampliação da tela? (Conforme recomendações do W3C.)				
4.9	A biblioteca disponibiliza suas normas (regulamento, por exemplo) em diferentes formatos? (Recomenda-se em Braille; em versão ampliada impressa em papel; e em formato digital acessível a leitores de tela.)				
4.10	Os formulários disponíveis na biblioteca para a realização de pesquisas, quando impressos, estão disponíveis em tamanho ampliado para pessoas com baixa visão e em Braille? (Recomenda-se que o mesmo formulário esteja disponível no site da biblioteca e atendendo às mesmas condições de acessibilidade recomendadas pelo W3C.)				
4.11	Os serviços de atendimento ao usuário para consulta e resposta apresentam múltiplos meios de comunicação como, por exemplo, correio eletrônico, fax, telefone, atendimento on-line via Internet etc.?				
5	ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA				
5.1	O Serviço de Referência e Informação e a orientação de usuários são realizados considerando as diferentes necessidades especiais que os usuários podem apresentar? (Recomenda-se que as atividades apresentem roteiro flexível a fim de serem compreendidas e assimiladas pelos diferentes usuários.)				
5.2	No processo de referência, o bibliotecário considera que as necessidades especiais do usuário podem influenciar na elaboração da questão inicial? (Recomenda-se que o bibliotecário guie a entrevista sem, jamais, adiantar as etapas sob a pena de confundir ou inibir o usuário.)				
5.3	As atividades de orientação aos usuários para o acesso e				

	uso da informação no contexto da biblioteca, como uso do catálogo (estratégias de busca) e das bases de dados disponíveis, localização de documentos nas estantes e utilização da biblioteca em geral, consideram as diversas necessidades especiais que os usuários podem apresentar?				
5.4	As atividades de contação de histórias são realizadas de forma compreensível a todos, associando apresentação oral e gestual? (Recomenda-se que as atividades desse tipo também apresentem flexibilidade, especialmente quanto ao tempo de duração e a participação dos alunos, servindo como um excelente espaço de inclusão de crianças e jovens com necessidades especiais.)				
5.5	A orientação à pesquisa é realizada como processo de aprendizagem segundo uma metodologia, considerando o nível de escolaridade, as limitações e o objetivo do usuário? (Recomenda-se que, na ausência de competência do usuário quanto aos procedimentos de metodologia científica para realizar a pesquisa, o bibliotecário oriente-o nesse sentido.)				
5.6	A orientação à normatização de trabalhos acadêmicos/escolares, especialmente quanto às referências, é prestada de forma prática que permita aos usuários autonomia para normalizar seus trabalhos?				
5.7	Se a biblioteca promove a capacitação dos usuários no acesso e uso da informação através de computadores, esta ocorre de forma adequada às diversas necessidades especiais que os usuários podem apresentar?				
6	ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL				
6.1	A biblioteca dispõe de equipamentos para ampliação de textos, mapas e figuras em formato impresso, como lupas e régua de leitura para o atendimento de usuários com visão subnormal?				
6.2	A biblioteca dispõe de fotocopidora para ampliação de textos?				
6.3	A biblioteca dispõe de scanner para digitalizar documentos, a fim de realizar o reconhecimento ótico de caracteres permitindo de transcrição dos documentos para formatos acessíveis?				
6.4	A biblioteca dispõe de impressora Braille acoplada aos				

	computadores disponíveis aos usuários?				
6.5	Quanto aos computadores destinados aos usuários, a biblioteca dispõe de quantidade suficiente com programas específicos e/ou Tecnologias Assistivas específicas para que as pessoas com necessidades especiais possam utilizar os recursos de informática com autonomia?				
6.6	Os teclados utilizados na biblioteca apresentam destaque nas teclas de referência (letras F e J), alfanuméricas (numeral 6) e calculadora (numeral 5)?				
6.7	A biblioteca dispõe de teclados alternativos para uso nos computadores destinados aos usuários?				
6.8	A biblioteca dispõe de mouses alternativos para uso nos computadores destinados aos usuários?				
6.9	Os monitores dos computadores destinados aos usuários apresentam tela de, pelo menos, 17" (dezesete polegadas), possibilitando a configuração da tela para a obtenção de ampliações maiores do conteúdo?				
6.10	Os monitores dos computadores apresentam tela plana?				
6.11	Os monitores dos computadores apresentam filtro de proteção (raios catódicos) que auxiliam na digitação e leitura, diminuindo a luminosidade e melhorando o contraste do monitor?				
6.12	Os monitores dos computadores apresentam suporte para elevação, permitindo que a tela seja posicionada na altura da linha mediana da visão do usuário?				
6.13	Os computadores da biblioteca dispõem do sistema operacional DOS/VOX?				
6.14	Os computadores da biblioteca dispõem de software de ampliação de tela?				
6.15	Os computadores da biblioteca dispõem de programas ou funções que possibilitam a inversão e/ou contraste de cores?				

6.16	Os computadores da biblioteca dispõem de leitores de tela? (Recomenda-se que a biblioteca disponibilize fones de ouvido para os usuários que fazem uso de leitores de tela.)				
6.17	Os computadores da biblioteca dispõem de sistemas para entrada de voz (speech recognition)?				
6.18	Os computadores da biblioteca dispõem de Linhas Braille?				
6.19	Os computadores da biblioteca dispõem de software especializado para produção de material em Braille? (Incluindo programas de computador para digitalização de imagens e sua conversão para a grafia Braille, assim como aqueles voltados digitalização de partituras musicais e sua impressão em Braille.)				
6.20	A equipe da biblioteca apresenta aos usuários com baixa visão, as possibilidades oferecidas pelos processadores de textos, como aumento do zoom, da fonte e do espaçamento, a fim de auxiliá-los? (Recomenda-se tamanho da fonte de 16 a 24 pontos, estilo de letras com traçado simples como Arial, Arial Black ou Verdana, e negrito, tanto na edição como na impressão.)				
6.21	A equipe da biblioteca ajusta as configurações do ambiente operacional do computador, como mouse, teclado, vídeo e som de acordo com a necessidade sensorial do usuário, a fim de permitir o acesso do usuário aos aplicativos e ao processo de escrita e leitura?				
6.22	A biblioteca disponibiliza para anotações caneta de ponta porosa preta, considerando que esse tipo é o ideal para pessoas com baixa visão? (No caso de lápis de escrever, recomenda-se o tipo 6B.)				
7	ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA				
7.1	O regulamento da biblioteca contempla questões relativas à acessibilidade?				
7.2	O regulamento da biblioteca apresenta flexibilidade de modo que a equipe possa realizar ações necessárias à acessibilidade, embora não previstas?				
7.3	O regulamento da biblioteca contempla claramente os produtos e serviços oferecidos, especialmente aqueles que objetivam dar condições de acesso e uso à informação para				

	PNEs?				
7.4	A política de desenvolvimento de coleções da biblioteca, consoante à legislação vigente, prevê a aquisição gradual dos conteúdos básicos do acervo em formatos alternativos como, por exemplo, Braille, áudio e digital?				
7.5	A política de aquisição da biblioteca prevê o contato com autores/editoras para obtenção de arquivos digitais dos conteúdos básicos do acervo, a fim de facilitar os procedimentos de transcrição dos documentos para formatos acessíveis?				
7.6	O plano orçamentário da biblioteca ou da instituição mantenedora prevê recursos para a implementação e/ou continuidade da acessibilidade no contexto da biblioteca?				
7.7	As ações culturais e científicas promovidas pela biblioteca prevêem a inclusão de todos os usuários, independente de limitações físicas, sensoriais ou cognitivas?				
8	ACESSIBILIDADE ATITUDINAL				
8.1	O bibliotecário atualiza-se sobre a questão da acessibilidade, recorrendo às fontes disponíveis na área?				
8.2	O bibliotecário tem conhecimento da legislação pertinente à acessibilidade em âmbito federal, estadual e municipal? (Recomenda-se que a biblioteca adquira a legislação vigente e as normas relacionadas à acessibilidade.)				
8.3	O bibliotecário tem conhecimento das Tecnologias Assistivas (TAs) que promovem o acesso e uso da informação?				
8.4	O bibliotecário tem conhecimento do custo de implementação das Tecnologias Assistivas (TAs) que promovem o acesso e uso da informação na biblioteca?				
8.5	O bibliotecário tem conhecimento das organizações não-governamentais de pessoas com limitações físicas, sensoriais e cognitivas?				
8.6	O bibliotecário busca, junto às organizações não-governamentais de pessoas com limitações físicas, sensoriais e cognitivas, consultoria quanto à adequação à				

	acessibilidade, identificando pontos prioritários a serem atendidos no contexto da biblioteca?				
8.7	A biblioteca investe na conscientização de todos da equipe de trabalho sobre as questões humanas e legais da inclusão de PNEs através do acesso e uso da informação?				
8.8	A biblioteca investe na capacitação de todos da equipe de trabalho sobre as diferentes necessidades que as pessoas com limitações físicas, sensoriais e cognitivas podem apresentar no acesso e uso da informação?				
8.9	A biblioteca investe na capacitação da equipe e dos usuários quanto ao acesso e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das Tecnologias Assistivas (TAs) que promovem a acessibilidade da informação no contexto da biblioteca?				
8.10	A equipe da biblioteca apresenta criatividade na busca de possíveis soluções aos problemas que surgem no acesso e uso da informação pelos usuários, especialmente para os que apresentam necessidades especiais sensoriais e cognitivas?				
8.11	Para exercer a função de atendimento aos usuários, a biblioteca designa funcionários que tenham perfil adequado a essa atividade? (Recomenda-se que, além da capacitação técnica para a função, a pessoa seja comunicativa, prestativa e atenta às diversas necessidades que o usuário pode apresentar independente de suas limitações.)				
8.12	Os funcionários responsáveis pelo atendimento aos usuários acolhem as diferenças (limitações, físicas, sensoriais e cognitivas) de forma natural e sensível, com a mesma atenção e respeito dispensado a todos os usuários?				
8.13	No balcão de atendimento, as PNEs recebem atendimento prioritário, respeitando-se a opção das mesmas? (Recomenda-se a sinalização, no balcão de atendimento, dessa prerrogativa para que não se confundam privilégios com direitos.)				
8.14	Os funcionários da biblioteca oferecem aos usuários atendimento com naturalidade, sempre que necessário, independente, se estes apresentam ou não necessidade especiais?				
8.15	Os funcionários acatam com naturalidade as recusas de				

	ajuda por parte das PNEs?				
8.16	Os funcionários da biblioteca acolhem adequadamente os usuários com limitação visual que estejam acompanhados de cão guia, no sentido de permitir o ingresso e a permanência do animal no local? (Lembrando que este é um direito garantido por lei.)				
8.17	Nas primeiras visitas de uma pessoa com limitação visual e desacompanhada, a biblioteca dispõe de um funcionário como guia humano que a acompanhe nos espaços internos, descrevendo e orientando sobre o ambiente?				
8.18	Os funcionários da biblioteca acolhem adequadamente as pessoas com baixa visão, auxiliando-as se necessário e a pedido?				
8.19	A equipe da biblioteca dispõe de um funcionário intérprete de LIBRAS? (Recomenda-se que a localização habitual do interprete seja identificada com o símbolo internacional de surdez, além disso, dias e horários do atendimento devem ser divulgados.)				
8.20	A equipe da biblioteca dispõe um funcionário capacitado para ler e escrever Braille?				
8.21	A equipe da biblioteca dispõe de pelo menos um funcionário articulador orofacial a fim de permitir a leitura labial de surdos oralizados?				
8.22	A equipe da biblioteca dispõe de um funcionário guia intérprete de surdo-cegos, habilitado à orientação e mobilidade de pessoas surdo-cegas no acesso e uso da biblioteca?				
8.23	A biblioteca dispõe de um meio para que os usuários possam emitir sugestões e críticas aos produtos e serviços da biblioteca? (Recomenda-se o uso de caixas de sugestões e críticas, devidamente identificadas, localizadas em local acessível e que não exija a identificação do usuário no formulário. Além disso, a biblioteca pode disponibilizar aos usuários um espaço no site da biblioteca como a mesma finalidade.)				
8.24	A biblioteca mantém um controle de registro sobre as PNEs, identificando suas limitações e necessidades no acesso e uso da informação?				

8.25	A biblioteca realiza avaliação de seus serviços e produtos a fim de torná-los acessíveis para o maior número possível de usuários?				
8.26	Para a obtenção de recursos financeiros a biblioteca argumenta/justifica junto à instituição mantenedora quanto à importância de uma biblioteca acessível a todos, em respeito à lei e aos usuários em suas diferenças individuais?				
8.27	A biblioteca busca estabelecer parcerias com setores privados ou de capital misto que tenham interesse em investir em projetos de inclusão de PNEs através do acesso e uso da informação?				
8.28	A biblioteca atenta às oportunidades oferecidas por órgãos governamentais estaduais e municipais para a liberação de verbas de apoio a projetos específicos a PNEs?				